

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PABLO LOPES

**ARQUIVO-MONUMENTO AO TRABALHADOR DE GOIÂNIA: RESSONÂNCIAS,  
RUÍNAS E RASTROS**

Goiânia, GO, 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

PABLO LOPES

#### 3. Título do trabalho

ARQUIVO-MONUMENTO AO TRABALHADOR DE GOIÂNIA: RESSONÂNCIAS, RUÍNAS E RASTROS

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Lopes, Discente**, em 12/08/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamaso, Professora do Magistério Superior**, em 12/08/2024, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4702237** e o código CRC **366484FB**.

---

Referência: Processo nº 23070.037011/2024-01

SEI nº 4702237

PABLO LOPES

**ARQUIVO-MONUMENTO AO TRABALHADOR DE GOIÂNIA: RESSONÂNCIAS,  
RUÍNAS E RASTROS**

Dissertação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

Área de concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Etnografia dos patrimônios, memórias, paisagens e cultura matéria.

Orientadora: Profa. Dra. Izabela Maria Tamaso

Goiânia, GO, 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lopes, Pablo  
ARQUIVO-MONUMENTO AO TRABALHADOR DE GOIÂNIA:  
[manuscrito] : RESSONÂNCIAS, RUÍNAS E RASTROS / Pablo  
Lopes. - 2024.  
CVI, 106 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Isabela Maria Tamaso.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social, Goiânia, 2024.  
Bibliografia. Anexos.  
Inclui lista de tabelas.

1. Monumento ao Trabalhador. 2. Ressonâncias. 3. Etnografia de  
Arquivos. 4. Patrimônio. 5. Goiânia. I. Tamaso, Isabela Maria, orient. II.  
Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 006/24-M da sessão de Exame de Defesa de **PABLO LOPES**, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Aos sete dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das catorze horas, na Faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão pública de exame de dissertação de mestrado intitulada *ARQUIVO-MONUMENTO AO TRABALHADOR DE GOIÂNIA: RESSONÂNCIAS, RUÍNAS E RASTROS*. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Izabela Maria Tamaso (PPGAS/UFG), com a participação dos/as demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Ema Cláudia Ribeiro Pires (PPGAS/UFG) e Professor Doutor Pedro Célio Borges (UFG). Após a arguição do candidato, a Banca Examinadora se reuniu em sessão reservada, a fim de concluir o julgamento da dissertação em andamento, pelo qual foi atribuído ao mestrando o seguinte resultado: **aprovado com sugestão de publicação em livro**. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Izabela Maria Tamaso, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamaso, Professora do Magistério Superior**, em 07/08/2024, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ema Cláudia Ribeiro Pires, Usuário Externo**, em 08/08/2024, às 04:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 13/08/2024, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4702236** e o código CRC **9A9FC57E**.

*Para José Lopes de Araújo ( In memoriam )*  
*Auta Lopes da Silva, minhas irmãs e sobrinhos*

## **Agradecimentos**

Agradeço aos trabalhadores que construíram o Monumento ao Trabalhador. E aos que, cumprindo ordem, soterraram as suas ruínas.

Agradeço aos professores e professoras do PPGAS/UFG pela escuta sempre franca e pela generosidade. À professora Izabela Tamasso, pela orientação e aprendizados compartilhados

Agradeço aos colegas de turma do Mestrado, pela generosidade, partilhas e diálogos.

Agradeço a Takaiúna pela honestidade e franqueza ao me ouvir ou ler quanto tratava de algo relacionado a este trabalho. E pelo seu amor por nós.

## **RESUMO**

Este trabalho se dedica a uma investigação da trajetória do Monumento ao Trabalhador em Goiânia, examinando sua trajetória desde a inauguração em 1959 até os dias atuais. A pesquisa é guiada pela indagação central: "De que maneira a falta de ressonância do Monumento ao Trabalhador se manifesta, e como isso pode ser entendido à luz dos arquivos que enunciam sua trajetória?" Para atingir esse propósito, a pesquisa desdobra-se em objetivos específicos. Em primeiro lugar, busca-se analisar como a falta de ressonância desse monumento, originalmente concebido como uma homenagem aos trabalhadores, se manifesta na esfera pública. Em segundo lugar, pretende-se explorar os arquivos enunciativos, tais como fotografias, relatórios e cartões postais, que documentam a história do monumento. Esses arquivos são fundamentais para compreender como as diversas narrativas sobre o Monumento ao Trabalhador são construídas e perpetuadas ao longo do tempo. O propósito essencial desta pesquisa é desvendar as dinâmicas sociais e culturais que permeiam esse monumento, identificando suas interações com a memória coletiva, a identidade urbana e os processos de esquecimento. Através dessa análise, busca-se lançar luz sobre as complexas relações entre a sociedade, a memória e os elementos materiais que enunciam a história desse monumento. Ao explorar essa temática, o estudo não apenas oferece uma compreensão sobre a biografia do Monumento ao Trabalhador, mas também contribui para reflexões mais amplas sobre a relação entre monumentos na cidade de Goiânia e suas ressonâncias.

**Palavras chaves:** Monumento ao Trabalhador, ressonância, Ruínas, Goiânia

## **ABSTRACT**

This work is dedicated to an investigation of the trajectory of the Monument to the Worker in Goiânia, examining its history from its inauguration in 1959 to the present day. The research is guided by the central question: "In what way does the lack of resonance of the Monument to the Worker manifest itself, and how can this be understood in light of the archives that document its trajectory?" To achieve this goal, the research unfolds into specific objectives. Firstly, it seeks to analyze how the lack of resonance of this monument, originally conceived as a tribute to workers, manifests in the public sphere. Secondly, it aims to explore the enunciative archives, such as photographs, reports, and postcards, that document the history of the monument. These archives are essential for understanding how the various narratives about the Monument to the Worker are constructed and perpetuated over time. The core purpose of this research is to uncover the social and cultural dynamics that permeate this monument, identifying its interactions with collective memory, urban identity, and processes of forgetting. Through this analysis, the study seeks to shed light on the complex relationships between society, memory, and the material elements that convey the history of this monument. By exploring this theme, the study not only provides an understanding of the biography of the Monument to the Worker but also contributes to broader reflections on the relationship between monuments in the city of Goiânia and their resonances.

**Keywords:** Monument to the Worker, resonance, ruins, Goiânia

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro sinótico e cronológico da trajetória sobre o Monumento ao Trabalhador.	11
Quadro 2 - Relatórios produzidos sobre o Monumento ao Trabalhador. ....	82
Quadro 3 - Leis que versam sobre o Monumento ao Trabalhador. ....	82
Quadro 4 - Jornais e reportagens sobre o Monumento ao Trabalhador de 1967 a 2022. ....	83
Quadro 5 - Fotos do Monumento ao Trabalhador entre 1959 a 1980. ....	95
Quadro 6 - Livro e Revista que aparecem o Monumento ao Trabalhador. ....	98
Quadro 7 - Cartões postais alusivos ao Monumento ao Trabalhador. ....	100
Quadro 8 - Trechos de vídeos em que aparece o Monumento ao Trabalhador. ....	103

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Em detalhe, o sítio no qual o Monumento ao Trabalhador esteve erigido no final da Avenida Goiás. ....	12
Foto 2 -Ruína do Monumento ao Trabalhador que surgiu após a retirada das palmeiras imperiais durante obra de restauro do sítio da antiga Estação Ferroviária de Goiânia. Foto: Relatório IPHAN -2018.....	16
Foto 3 - Ruína do Monumento ao Trabalhador que surgiu após a retirada das palmeiras imperiais durante obra de restauro do sítio da antiga Estação Ferroviária de Goiânia. Foto: Relatório IPHAN -2018.....	17
Foto 4 - Estação Ferroviária de Goiânia, GO. 1955. ....	21
Foto 5 - Operários em campo durante a construção do Monumento ao Trabalhador em 1959. Instalação dos dois cavaletes em semicírculo.....	22
Foto 6 - Painele Esquerdo "A luta dos Trabalhadores".....	23
Foto 7 - Painele direito: " O mundo do Trabalho". ....	23
Foto 8 - Reportagem sobre as "Praças de Goiânia" com foto do Monumento ao Trabalhador já com os murais internos removidos. Folha de Goiaz, 1971.....	25
Foto 9 – Festa 1º de Maio Monumento ao Trabalhador Goiânia 1961 Fotografia de Alois Feichtenberger. ....	28
Foto 10 - Sindicalistas e populares reivindicando pautas trabalhistas. 1961 .....	29
Foto 11 - Cartão Postal em cores. Praça do Trabalhador Paraná Cart. Foto: Helmuth Wagner .....	30
Foto 12 – verso do Cartão postal, Praça do Trabalhador Paraná Cart. Foto: Helmuth Wagner .....	30
Foto 13 - Cartão Postal MTO. ao Trabalhador em cor sépia.....	33
Foto 14 - Verso do cartão postal com identificação de ano e remetente. ....	33
Foto 15 - Ilustração do piche escorrendo sob as pastilhas em vidrotile. Fonte: Relatório Monumento ao Trabalhador: Estudos para reconstrução. GOIÂNIA, 2003. ....	36
Foto 16 - Segunda promessa do governador eleito Ary Valadão: Terminal de cargas e elevado na Goiás. Folha de Goyaz - 11/11/1978. ....	37
Foto 17 – Foto ampliada da notícia no jornal Folha de Goyaz - 11/11/1978.....	38
Foto 18 – Foto capa de reportagem do O Popular. 1984. Foto: Paulo José. ....	39
Foto 19 - Palmeiras Imperiais no lugar onde se encontrava o conjunto arquitetônico e o Monumento ao Trabalhador. ....	41
Foto 20 - À esquerda Monumento ao Trabalhador durante os anos 1970. Foto: Cartão Postal EDICARD. À direita palmeiras imperiais substituem o Monumento. 2015. Foto: Lado Alto Fotog.....	41
Foto 21 - Reportagem Jornal Opção - 24 de outubro de 1980 .....	42
Foto 22 - Entre o Monumento ao Trabalhador a antiga Estação ferroviária e a Maria Fumaça. ....	46
Foto 23 - Entre o Monumento ao Trabalhador a antiga Estação Ferroviária e a Maria Fumaça. ....	52
Foto 24 - Lugar onde estava instalado o Monumento ao Trabalhador. Foto após o restauro da antiga Estação Ferroviária de Goiânia. ....	62
Foto 25 - Quadro presente na Câmara de Vereadores de Goiânia. Ao fundo da Maria Fumaça o Monumento ao Trabalhador representado em pintura.....	69

Foto 26 - Detalhe do quadro presente na Câmara de Vereadores de Goiânia. Ao fundo da Maria Fumaça o Monumento ao Trabalhador representado em pintura. ....	70
Foto 27 - Maquete em homenagem aos 88 anos de Goiânia   Foto: Divulgação .....	71
Foto 28 - Ruína do Monumento ao Trabalhador a mostra após retiradas das Palmeiras Imperiais durante a revitalização do entorno da antiga Estação Ferroviária de Goiânia em 2018.....	72

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
Contato com objeto de pesquisa .....	7
Caminhos da pesquisa .....	9
Estrutura e organização .....	13
<b>Capítulo 1 – A plurivocalidade discursiva do Monumento ao Trabalhador .....</b>	<b>18</b>
A construção do sentido de monumento.....	18
Lugarização do Monumento ao Trabalhador.....	24
Monumento como discurso .....	26
A destruição progressiva do Monumento.....	35
<b>Capítulo 2. Etnografia do Arquivo-Monumento como lugar de memória.....</b>	<b>45</b>
Arquivo como lugar de memória.....	46
Arquivo e etnografia.....	52
<b>Capítulo 3 – Interpelando as ruínas do Monumento ao Trabalhador.....</b>	<b>61</b>
Imaginação histórica a partir das ruínas .....	62
Restos e rastros .....	72
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>76</b>
<b>Referências .....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>82</b>

## **Introdução**

### **Contato com objeto de pesquisa**

José Lopes de Araújo, meu pai, me ensinou a juntar coisas. Dentro das curiosidades que tinha quando criança, guardar em série algo era sempre um momento privado de conquista, mas também público de mostrar para os outros o feito. Bilocas, pipas, cartões telefônicos, aqueles ferrinhos de lata de refrigerante, pedras, juntava as coisas e fazia delas a diversão. Por vezes, brincava com as coleções sozinho. Organizava, selecionava, limpava e renovava o repertório das coisas que tinha.

Certa vez, observei que meu pai fazia o mesmo, mas, com coisas de adulto. Por exemplo, uma colher de pedreiro que ele tinha para trabalhar, por conta dos anos de uso, quebrou o cabo de madeira. Não sei se por tanto misturar água, cimento, areia ou pelos movimentos que ele fazia com ela de rebocar a parede e limpar o resto de “massa” que respingava no chão, o cabo foi desfazendo em várias partes; a restar, apenas, a estrutura de ferro e uma espécie de anel que conectava o cabo a estrutura de ferro da colher.

Era uma colher bonita, muito judiada de uso, mas bem detalhada, no cabo de madeira tinha as letras “Lopes” que a muito custo pareciam ter sido inscritas, cabia na mão de papai como se fosse parte do corpo dele. Ao constatar que tinha quebrado ele a guardou num armário de madeira azul em que ele sempre conservava as suas ferramentas. Lá tinha de tudo, de prumo a chaves de fenda, chaves de boca, alicates era um grande lugar, onde tudo o que se precisava ele tinha de pronto. Guardou a colher quebrada e, no domingo que tradicionalmente me levava à missa e à feira com minhas outras duas irmãs, rompeu com a rotina.

No horário habitual que acordávamos para ir à igreja, papai já estava, como sempre fazia, acordado e no cinzeiro algumas bitucas de cigarro, sinal que já tinha acordado a tempo. Hoje, tenho a impressão de que era meado de junho ou julho, períodos de frio seco e muita poeira, característica comum no cerrado na Samambaia – DF, podia ser. Ele pegou o carrinho de mão que usava para carregar coisas de trabalho como cimento e areia e me colocou sentado. Fazia tanto frio, que depois colocou um pedaço de papelão para eu sentar.

Durante o caminho, ele cantava, contava histórias que meu avô havia contado para ele e desconversa quando eu perguntava algo sobre a Paraíba (por muito tempo achava que era outro país, talvez pela marca de distância que meu pai tinha em tratar com o tema, parecia sempre

longe demais). Papai perguntava-me como estava na escola e sempre falava para eu estudar e ser “doutor” – mal sabia que eu queria ser exatamente como ele: forte e carismático. Perguntei para onde íamos. Ele falou que tinha que comprar cimento e outra colher. Perguntei sobre a colher dele (a quebrada), o que ele ia fazer com ela, se ia jogar fora. Ele parou de empurrar o carrinho de mão de repente e disse que o que é importante para saber de onde a gente vem, nunca jogamos fora, sempre guardamos para lembrar.

Essa lembrança da infância, por vezes, me atravessa. Por algum motivo a recordação dessa pequena história surgiu quando organizava os arquivos sobre o Monumento ao Trabalhador, ela se instaura de forma recorrente. Hoje, além de colecionar livros, ainda coleciono os registros sobre o Monumento ao Trabalhador,

Sobre lembrança, em 2015, ao ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás, tudo era novidade. Havia um certo estranhamento com o ambiente da universidade, os espaços de convivência, as árvores e a linguagem das pessoas. Por não ser de Goiânia, poucos vínculos de afetividade e conhecimento sobre a rotina e a dinâmica da cidade possuía. Era um estrangeiro. Na Universidade, não era diferente. Por vários momentos percebia que aquele espaço não fazia parte dos meus, até porque, nunca tinha conhecido ninguém que tivesse estudado em universidade pública. A linguagem, as formas de comunicação, as roupas, a segurança no ato de sustentar os argumentos, são as primeiras memórias de estranhamento que vivi nas disciplinas que cursei naquele semestre.

Certa vez quando era monitor durante a realização do IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais da UFG, cujo tema era “Democracia e ciências sociais hoje”, no segundo semestre de 2015, dentre uma das ações de bastidores na organização do evento, e, ao saber que eu não era de Goiânia, o professor Pedro Célio Alves Borges começou a me contar a história da cidade. Como um guia que tem em sua cabeça o mapa do lugar onde se conhece muito bem, detalhou cada avenida do centro da capital.

Ao falar da Avenida Goiás, passou a contar a história da larga avenida que liga o eixo central de Goiânia, do norte ao sul, da Praça do Trabalhador à Praça Cívica. Contou-me que era na Praça do Trabalhador que existia o Monumento ao Trabalhador. Da conversa de aproximadamente 30 minutos, recordo-me que o professor insistia, de forma recorrente, em defesa da reconstrução e da preservação da memória do monumento no espaço público, enfatizando, com indignação, a inexistência daquele monumento. Durante a conversa, ficou perceptível para mim de que àquele monumento representava algo importante sobre Goiânia,

não apenas por ser o único equipamento cultural que pautava as questões de nós trabalhadores, mas, por ter sido tantas vezes depredado e tendo em sua trajetória um processo de destruição parcelada, como explica Borges (2014; 2016 e 2017) e Borges e De Lacôrte (2016). No capítulo 1 será abordado de forma mais detalhada as investigações feitas por Borges e De Lacôrte (2016 sobre a trajetória desde a concepção do Monumento, as etapas de destruição, o apagamento e o seu esquecimento.

A partir desse contato inicial, questões sobre o porquê poucas pessoas se mobilizavam para a reconstrução do monumento, ou a pouquíssima repercussão dentro dos ambientes de formação de opinião como a imprensa ou mesmo a universidade, eram tão escassos que me sensibilizou para também pesquisar o Monumento ao Trabalhador e suas marcas presentes na cidade e nos arquivos tendo como enfoque esse lugar da pouca repercussão sobre o caso. A questão que passei a carregar é (era) como contribuir com um estudo novo, com uma nova problemática e objetivos?

A partir desse momento comecei a colecionar e arquivar tudo o que de certa maneira menciona o Monumento ao Trabalhador. Pasta no *google drive* com imagens, relatórios, recortes de jornal e textos acadêmicos foi criada, cartões postais, capas de livros e revistas, fotos e recortes de jornal foram adquiridos, um pequeno azulejo de quando as ruínas do monumento vieram à tona, possuo. Tudo sem nenhuma organização lógica, ou mesmo seleção. Apenas os arquivos em si que tinham o Monumento como registro.

### **Caminhos da pesquisa**

A organização mais sistematizada dos arquivos passa a ser delineada ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Neste momento, se relacionar de forma mais objetiva com os dados colecionados ao longo do tempo, a seguinte pergunta passa a perdurar em cada contato, em cada criação de tabela, em cada anotação e digitalização dos arquivos: de que maneira a falta de ressonância do Monumento ao Trabalhador se manifesta, e como isso pode ser entendido à luz dos arquivos que enunciam sua trajetória?

Para caminhar a partir dessa problemática, dois objetivos específicos se destacam quando visa analisar (1) a falta de “ressonância” (Gonçalves, 2007) do Monumento ao Trabalhador; e Investigar (2) como essa falta de ressonância do Monumento ao Trabalhador se manifesta por meio dos arquivos que o enunciam. Para isso, investigar os arquivos enunciativos

e examinar os registros que documentam a trajetória do Monumento, incluindo fotografias, relatórios, cartões postais, e outros registros, é inerente para compreender como eles contribuem e compõem para as narrativas em torno do Monumento ao Trabalhador.

A fim de oferecer uma visão abrangente e organizada dos eventos e transformações que marcaram a existência do Monumento desde a sua concepção em 1958 até dezembro de 2018 quando as suas ruínas foram soterradas com concreto durante o restauro da antiga Estação Ferroviária de Goiânia, o Quadro 1 foi elaborado. O ano de 1958 marca o início da demanda por um monumento em homenagem ao trabalhador na cidade de Goiânia, impulsionado por sindicatos trabalhistas que ansiavam por um símbolo que representasse sua luta e contribuição, bem como registrasse na capital de Goiás a trajetória do mundo do trabalho. Em 1959, o Monumento ao Trabalhador é inaugurado na Praça Americano do Brasil, com a concepção do engenheiro Farid Helou, do arquiteto Elder Rocha Lima e do artista plástico Clóvis Graciano.

Durante os anos de 1960 a 1966, o Monumento se transforma em um ponto de encontro vital para a população local, como referência na cidade, sedia comícios, festas e manifestações populares. Contudo, em 1969, os painéis de Clóvis Graciano são vandalizados, marcando um ponto de viragem nas percepções sobre o monumento.

O quadro 1 também destaca a nomeação de um Grupo de Trabalho em 2003 para avaliar a reconstrução e os esforços da sociedade civil em 2015 para incluir o Monumento no Plano de Restauro da antiga Estação Ferroviária. Finalmente, a revelação das ruínas em 2018 marca uma nova fase na narrativa do Monumento ao Trabalhador e o seu soterramento com concreto o sepulta.

A partir dos arquivos colecionados por mim a elaboração deste quadro sinótico e cronológico é concebido, pois servirá como guia ao longo da dissertação, ao permitir uma análise mais aprofundada dos momentos chaves na trajetória do Monumento ao Trabalhador e ao destacar as complexidades envolvidas em sua trajetória.

Quadro 1 - Quadro sinótico e cronológico da trajetória sobre o Monumento ao Trabalhador. Fonte: autor (2024)

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
<b>1958-59</b>	Reivindicações sindicais lideradas por Pedro Ribeiro dos Santos resultam na solicitação para a construção do Monumento ao Trabalhador endereçado ao governador Juca Ludovico de Almeida e ao prefeito de Goiânia Jaime Câmara.
<b>1959</b>	Dia 1º de maio inauguração do Monumento com contribuições de Elder Rocha Lima, Clóvis Graciano, e Farid Helou.
<b>1960-1966</b>	O Monumento torna-se ponto de encontro para a comunidade lugar, sendo palco de comícios, festas e manifestações. Destaque para as celebrações do 1º de maio Dia Internacional de Confraternização e Luta dos Trabalhadores.
<b>1967</b>	Em 08 de maio de 1967, pela primeira vez um documento oficial, inscreve o nome “Praça do Trabalhador”. Trata-se da planta do Departamento Estadual de Saneamento. Doado pela Rede Ferroviária Federal à prefeitura de Goiânia uma Maria Fumaça que é instalada ao lado do Monumento ao Trabalhador.
<b>1969</b>	Os painéis em pastilhas em vidrotil de Clóvis Graciano são vandalizados com piche e inscrições do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) são marcadas no concreto do Monumento.
<b>1973</b>	Remoção das pastilhas em vidrotil da obra de Clóvis Graciano, resultando na perda dos desenhos originais.
<b>1978</b>	Promessas de Ary Valadão para criar um terminal de cargas a e um elevado na Praça do Trabalhador no lugar em que estão os cavaletes do Monumento ao Trabalhador e os espelhos d’água.
<b>1984</b>	Anunciada a construção da Nova Estação Rodoviária que para isso a justificativa é que deve ser destruída a estrutura de concreto do Monumento ao Trabalhador.
<b>1986-88</b>	Remoção dos cavaletes do Monumento e dos espelhos d’água e soterramento do local em que estava o Monumento ao Trabalhador em função da expansão da Avenida Goiás Norte. No local onde estavam os cavaletes, foram plantadas Palmeiras Imperiais
<b>1989</b>	Em dezembro de 1989 é inaugurado o busto do Dr. Solon de Almeida em frente a Antiga Estação Ferroviária de Goiânia.
<b>1990</b>	Oficializado o nome da praça como “Praça do Trabalhador” consolidado na Lei Orgânica Municipal. Até então o nome oficial da praça era “Praça Americano do Brasil”, conforme lei nº 1.486 de 07 de março de 1959. Promulgação da Lei Orgânica do Município autoriza a reconstrução do Monumento ao Trabalhador.
<b>2003</b>	Grupo de Trabalho é nomeado pela Prefeitura de Goiânia para avaliar a possibilidade de reconstrução do Monumento ao Trabalhador. Produzido um relatório e uma maquete digital.
<b>2015</b>	Pedido de inclusão da reconstrução do Monumento no Plano de Restauo da antiga Estação Ferroviária junto ao IPHAN.
<b>2018</b>	Após a remoção das palmeiras imperiais, as ruínas do Monumento emergem durante a obra de restauração da Estação Ferroviária.
<b>Dez. 2018</b>	Requalificação da Praça do Trabalhador, com pavimentação, paisagismo, iluminação e mobiliário. Ruínas são soterradas pelo concreto.

O Monumento ao Trabalhador, como denota seu nome, inicialmente é concebido como uma homenagem ao trabalhador enquanto categoria de classe social. Com vocabilidade que enuncia a história do mundo do trabalho, junto com o Monumento foi constituído um sítio inteiro, com uma praça e dois espelhos d'água ao norte do centro de Goiânia, GO, no final da Avenida Goiás

Foto 1 - Em detalhe, o sítio no qual o Monumento ao Trabalhador esteve erigido no final da Avenida Goiás.



## **Estrutura e organização**

Para a organização dos arquivos adoto a construção de quadros com a sistematização dos dados da pesquisa, que podem ser acessados no Anexo I, que estão ordenados de forma cronológica. Neles, foram inseridas as categorias: título do arquivo, suporte/ ou tipo, data e uma descrição sumária sobre as informações contidas nos documentos. Assim, foi esquematizado sete quadros separados conforme os suportes: 1. Relatórios; 2. Legislações, 3. Jornais; 4. Fotos; 5. Cartões postais; 6. Livro/revista e 7. Vídeos.

Ao todo os arquivos foram quantificados da seguinte forma distribuído a partir dos seus suportes: dois Relatórios (GOIÂNIA, 2003 e IPHAN,2018); dois documentos jurídicos em formato de Leis ( LEI ORGÂNICA DE GOIÂNIA, 1990 e PLANO DIRETOR 2022); doze recortes de Jornais com reportagens ou menções que percorrem o período de 1967 a 2022; quatro Cartões postais; 15 fotos do Monumento; 25 fotos das ruínas do Monumento ao Trabalhador que consta como sub processo no processo-mãe administrativo IPHAN/GO número: 01516.000374/2018-15 despacho nº: 1558803 - Relatório Final.; 1 Livro cuja única menção ao Monumento é a foto de capa); 1 Revista; 1 Vídeo-maquete anexo do relatório (GOIÂNIA, 2003) e trechos do curta metragem Cidade dos Homens (Dir. Lorival Belem Jr., 2005) em que takes registram o Monumento.

Algumas fotos e cartões postais que não havia datas em seu conteúdo passam a ser datados a partir de um intervalo de anos. Essa abordagem leva em consideração a interpretação de como a estrutura em que a Praça do Trabalhador ou mesmo como o Monumento estava naquele período. São arquivos de suportes diferentes.

A escolha por uma abordagem etnográfica dos arquivos acontece no sentido de melhor interpretar e se relacionar a partir da plurivocalidade que estes documentos registram os fatos e acontecimentos em relação ao Monumento ao Trabalhador. Por serem documentos de vários suportes e estarem dispersos, a dinâmica de organizá-los faz com que melhor seja compreendido a conjuntura da trajetória do Monumento ao Trabalhador, suas conjunturas, os discursos que o interpela, o relacionamento com o espaço de opinião pública e o seu uso pelos populares.

Em contraste aos tipos de arquivos, a partir dessa memória esfacelada (NORA, 1993) na qual são pulverizadas as narrativas que enunciam as interpretações e interações que é dada ao Monumento ao Trabalhador, a memória do arquivo passa a compor e representar a parte sobrevivente da memória coletiva subterrânea (POLLAK, 1989). Para a organização das

lembranças em torno dos acontecimentos que circundam a trajetória do Monumento, os tipos de arquivos podem variar entre documentos produzidos a partir da memória oficial (POLLAK, 1989), ou seja, leis e relatórios institucionais e os que fazem parte da memória subterrânea, as que aparecem apesar da intenção de quem tem o poder de se fazer esquecer o.

Com isso, no primeiro capítulo, busca-se pela compreensão do Monumento ao Trabalhador por meio de sua plurivocalidade presente na construção e nas interpretações do Monumento inscritas em arquivos. Deseja-se explorar as múltiplas vozes que ecoam na sua trajetória, a considerar as diferentes narrativas que contribuíram para a sua concepção, acesso e ressignificação ao longo do tempo. Este capítulo visa desvendar as camadas de significados que permeiam o Monumento, revelando como ele se tornou um espaço polifônico, onde as vozes coletivas e individuais convergem e se entrelaçam. Neste capítulo estabeleço um diálogo com Borges (2016:2017), uma vez que este autor contribuiu para o desvelamento das políticas que levaram o monumento à destruição, sobre o sentido de monumento e sua plurivocalidade (GONÇALVES, 2007; CÔRREA, 2005; CHOAY, 2001; RIEGEL, 2006;), análise sobre os sentidos de lugares (TAMASO, 2012).

No segundo capítulo, a etnografia de arquivos (SILVA, ARAÚJO, 2018; CUNHA, 2004; CARVALHO, SILVA, 2018) sobre o Monumento permitirá acessar, descrever e analisar as práticas culturais, os rituais e as interações sociais que ocorrem em torno do monumento, transformando-o em um espaço de significados dinâmicos. A ênfase recai sobre a análise etnográfica como uma ferramenta para desvelar as relações simbólicas que os indivíduos estabelecem com o Monumento, destacando sua relevância com os arquivos que o evoca em constante construção e interpelação.

A ruína, geralmente vista como um espaço de perda e desolação, também revela a necessidade de imaginação histórica para completar suas lacunas. Assim como a memória é feita de lembranças e esquecimentos, as ruínas deixam claro que algo significativo foi perdido (NORA, 1993). Nas fotos 02 e 03, registradas em 2018, após a remoção das palmeiras imperiais, as ruínas do Monumento emergem durante a obra de restauração da Estação Ferroviária, em pouco mais de um dia, é concretado todo o sítio em que antes estava o Monumento, soterrando as ruínas dele. Nesse contexto, as ruínas do Monumento ao Trabalhador se apresentam como um tipo de monumento ao contrário, onde a adição, a complementação com a imaginação histórica, torna-se essencial para revelar os gestos e as histórias que foram enterrados junto com a estrutura do Monumento. Essas questões serão abordadas no capítulo terceiro.

Nele proponho uma análise das ressonâncias que emergem do Monumento ao Trabalhador, focando nas ruínas e rastros que o compõem. Esta camada da pesquisa visa compreender como a destruição progressiva do monumento ao longo do tempo impactou na paisagem urbana. Explorar-se-á as camadas de significados ou a falta deles sobre as ruínas tendo a categoria de imaginação histórica (COMAROFF J& J, 2010) e a antropologia dos restos (DEBARY, 2017) como arcabouços teóricos de análise ao evidenciar como os vestígios dos restos são interpretados e incorporados à memória da comunidade fragmentada.

Foto- 2 - Cartão postal. Vista Aérea da Estação Ferroviária ainda em atividade. No centro da imagem, a praça do Trabalhador.



Foto 2 -Ruína do Monumento ao Trabalhador que surgiu após a retirada das palmeiras imperiais durante obra de restauro do sítio da antiga Estação Ferroviária de Goiânia. Foto: Relatório IPHAN -2018



Foto 3 - Ruína do Monumento ao Trabalhador que surgiu após a retirada das palmeiras imperiais durante obra de restauro do sítio da antiga Estação Ferroviária de Goiânia. Foto: Relatório IPHAN -2018



## **Capítulo 1 – A plurivocalidade discursiva do Monumento ao Trabalhador**

A construção do sentido de monumento é um processo intrincado, moldado pelas camadas históricas, sociais e culturais que se acumulam ao longo do tempo. À medida que uma sociedade ergue estruturas monumentais, ela inscreve não apenas sua visão do passado, mas também suas aspirações, valores e, conseqüentemente, conflitos presentes. Nesse contexto, cada monumento é um ponto de encontro entre a história oficial e as narrativas subjacentes, revelando as complexidades da construção física e seu desdobramento simbólico.

O monumento transcende sua condição física e se manifesta como um discurso que atravessa as relações de poder e representação. Ele fala à comunidade, comunicando não apenas os eventos ou pessoas que representa, mas também as ideologias que o impulsionam. Ao analisarmos o monumento como discurso, exploramos os símbolos, as metáforas e as escolhas estéticas que o permeiam. Essa perspectiva revela o monumento como uma expressão discursiva dinâmica, capaz de influenciar a compreensão coletiva do passado e do presente.

No entanto, a narrativa dos monumentos não é imutável. A destruição progressiva do Monumento ao Trabalhador ilustra vividamente a mutabilidade dessas estruturas e suas relações com a sociedade em constante transformação. O processo de demolição não é apenas físico; é também um desdobramento simbólico que reflete disputas sociais, mudanças de poder e divergências sobre a memória coletiva. Investigar essa destruição progressiva nos conduz a uma análise profunda das forças sociais que moldam e, por vezes, destroem os símbolos monumentais que compõem a paisagem urbana.

### **A construção do sentido de monumento**

O sentido de monumento é constituído ao longo do tempo em camadas que envolvem 1. a espacialidade, o lugar em que o monumento é construído; 2. a sua discursividade; e 3. a relação de recordações que ele enuncia a quem o acessa enquanto construções sociais que dialogam com anseios das coletividades e produzem códigos e leituras na paisagem urbana em que são erigidos. A sua dimensão de representação na cidade evoca pertencimento, mas, também discordâncias. Demonstra afeto e aproximações com a urbe e, também sentimentos de repulsa ou mal-estar. Celebração e contestação são formas inerentes de características da monumentalidade.

Esse paradoxo é próprio dos monumentos, sobretudo na modernidade. Para Riegel, monumento é uma obra criada e edificada “[...] com o propósito preciso de conservar a lembrança de uma ação ou destino” (RIEGEL, 2006. p.43). Os monumentos modernos, para o autor, trazem como elementos centrais o “valor artístico” e o “valor histórico”. O monumento histórico e artístico expressa a camada da lembrança não apenas do seu conteúdo em si, mas da relação em que as pessoas têm com o equipamento cultural. Assim, a recordação não é apenas das mensagens transmitidas e registradas, e sim construída em contato com a quem assimila. Para o autor “[...] não é a destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que lhes atribuímos essa designação” (RIEGEL, 2006. p.49), pois o monumento não é apenas um objeto, restrito ao seu valor artístico, mas sim produtor e provocador de memórias e lembranças.

Com entendimento similar, por sua vez, Françoise Choay, conceitua monumento como qualquer “[...] edificação criada por uma comunidade para preservar a memória de eventos, sacrifícios, rituais ou crenças” (CHOAY, 2001, p.18) Ao ser ponto de referência para rememorar momentos, os monumentos apresentam-se como elemento crucial para a vida coletiva. Assim, a definição de monumento pode ser vista como uma herança do passado ou como uma obra comemorativa, celebrativa e/ou funerária, como delineado por Le Goff. “O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 2010, p. 212). No exercício de ser instrumento de lembrança, o monumento evoca em sua singularidade a capacidade de influenciar os discursos e constituir narrativas em torno das temáticas em que representa. Ao alçar este ambiente, por vezes o registro monumental apresenta consigo disputas de narrativas e conseqüente plurivocalidade na agenda pública.

Corrêa conceitua os monumentos “[...] como formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas e templos.” (CÔRREA, 2005, p.1). Representações materiais de eventos passados, integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade. Assim, “os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram” (CÔRREA, 2005, p.4), ao inserir de forma material na agenda urbana as ideias em que estes representam, os monumentos enquanto “formas simbólicas grandiosas” (CÔRREA, 2005, p.6) se contextualizam a partir da espacialidade e da temporalidade.

A dimensão da espacialidade ou da lugarização em que os monumentos são construídos no espaço urbano tem um sentido político, suscitando debates sobre onde o lugarizar. A

acessibilidade e visibilidade são fatores determinantes nesse contexto. Contudo, o caráter relacional do lugar onde o monumento é instalado também é crucial. A partir do sítio específico, o monumento incorpora os significados já atribuídos à sua lugarização. Como ressalta o autor, "[...] ao mesmo tempo, esses significados, em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar" (CÔRREA, 2005, p.8).

A isso, Côrrea introduz o conceito de "política locacional das formas simbólicas" (CÔRREA, 2005, p.9) para descrever esse fenômeno. Isso implica que a escolha do lugar para um monumento não é apenas uma decisão logística, mas uma decisão carregada de implicações simbólicas e políticas. A relação entre o monumento e o espaço circundante, portanto, vai além da mera geografia, envolvendo uma interação complexa entre os significados preexistentes do lugar e o simbolismo atribuído ao monumento.

Essa perspectiva acrescenta uma camada sobre a compreensão do Monumento ao Trabalhador. Sendo ele não apenas como um objeto estético, mas um componente ativo na construção e reforço do significado do espaço ao seu redor. A análise de Correa destaca a dinâmica interativa entre o monumento e seu entorno, contribuindo para uma compreensão mais holística de como as formas simbólicas, quando inseridas em um contexto específico, podem moldar e ser moldadas pelo ambiente ao seu redor. A construção do sentido do Monumento ao Trabalho atravessa essa camada desde antes do início da obra que o erigiu.

A construção do Monumento ao Trabalhador, reivindicada em 1959 por sindicatos e representantes de classe, enuncia o sentido de que fosse construído na cidade o monumento direcionado aos valores e conquista dos trabalhadores "[...] que demandavam reconhecimento das autoridades locais, e da população, ao papel dos trabalhadores para que o avanço da vida moderna venha assentado em princípios de justiça e progresso social" (BORGES, 2017, p.360). Liderados por Pedro Ribeiro dos Santos, então presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Goiás (FTIEG-GO), "[...] esses sindicatos almejavam um marco que honrasse e reconhecesse o papel fundamental desempenhado pelos trabalhadores na cidade" (RAMOS, 1980, p.3), diferente do que aparece na reportagem, o Monumento é dedicado ao trabalhador/as trabalhadores como classe social, não apenas direcionados aos que moravam na cidade de Goiânia, mas ao símbolo universal do mundo do trabalho. A iniciativa da construção do Monumento deu-se por meio de um pedido formal ao governador Juca Ludovico (1955 a 1959) ao prefeito de Goiânia, Jaime Câmara (1959 a 1961), requerendo a criação de um monumento que simbolizasse o trabalho e os trabalhadores.

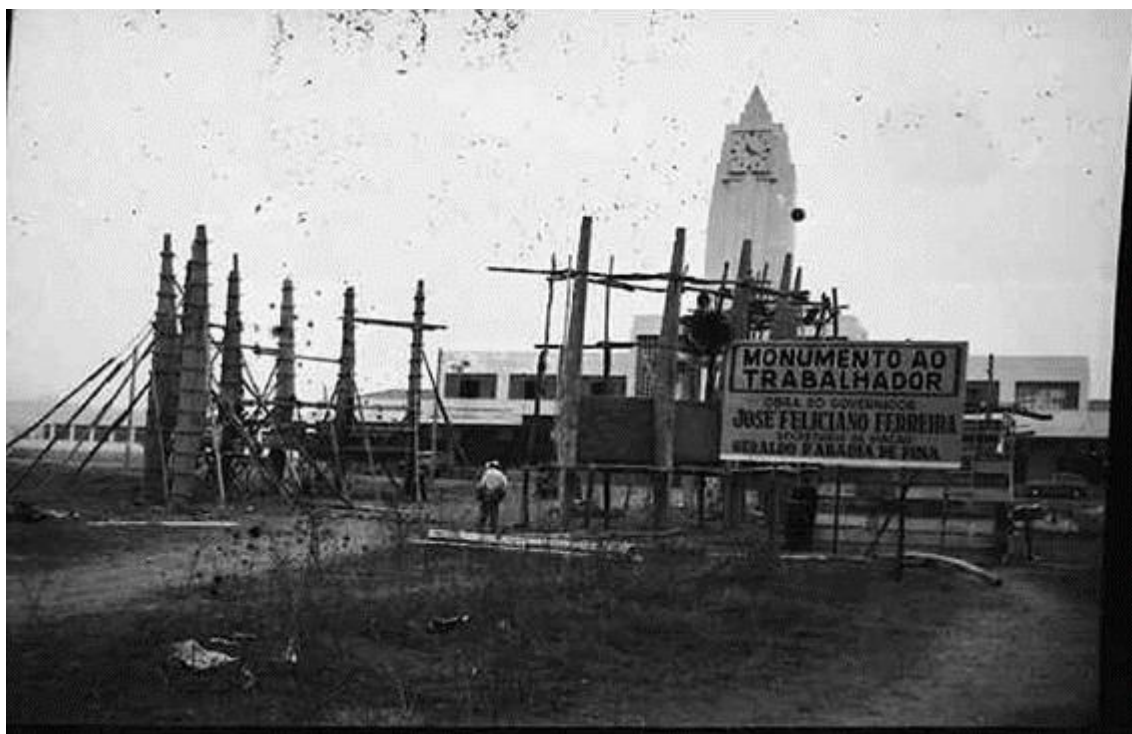
Foto 4 - Estação Ferroviária de Goiânia, GO. 1955.



Acatado pelos agentes políticos, enquanto discurso materializado, a construção do Monumento (Foto 4) acontece em três frentes de planejamento, sendo elas: a concepção urbanística do lugar, a estrutura arquitetônica e a produção dos murais. Farid Helou, encarregou-se da elaboração do traçado urbano da praça.

O arquiteto Elder Rocha Lima foi responsável pela concepção do monumento em si, desenvolvendo uma estrutura central com dois cavaletes de concreto dispostos em semicírculos. Clóvis Graciano deu vida aos dois mosaicos, inseridos nos cavaletes: "A Luta dos Trabalhadores" à esquerda e "O Mundo do Trabalho" à direita utilizando pastilhas italianas em vidrotel, apoiadas na base de concreto, com 12 metros de extensão por 1,5 metro de altura (GOIÂNIA, 2003).

Foto 5 - Operários em campo durante a construção do Monumento ao Trabalhador em 1959. Instalação dos dois cavaletes em semicírculo.



Os cavaletes, serviam, como suporte para os mosaicos em pastilhas de vidrotel que havia em sua instalação (GOIÂNIA, 2003). A disposição em semicírculos demonstra o caráter de lugar aberto a interação coletiva. Com este arranjo, o acesso ao monumento retoma à participação das pessoas em se relacionar com a obra de arte monumental e não apenas contemplá-la, dando assim, ao sujeito interessado a possibilidade de acolher a dimensão sociocultural por meio das memórias inscritas no Monumento e, também, criar e compor os seus registros junto com o sítio da Praça. Neste lugar de recordação, escoando nas costas de cada cavalete, havia dois espelhos d'água, tornando o ambiente mais harmônico e reflexivo. Todo o conjunto arquitetônico fazia do lugar uma grande praça à disposição da população.

A escala do Monumento ao Trabalhador e sua dimensão absoluta, de forma tangível, envolvendo área, volume e altura, junto com a sua presença física na paisagem urbana, revela também expressão impactante de poder e, até mesmo, de supremacia. Estabelecendo uma comparação não apenas com outros monumentos semelhantes, mas também com elementos diversos da cidade que compõem seu entorno. Côrrea enfatiza que a escala dos monumentos, quando qualificada dessa maneira, não é apenas uma característica objetiva, mas uma “[...] escala de construção social que comunica não apenas grandiosidade física, mas também uma conotação política” (CÔRREA, 2005, p.9).

O poder da escala, como aponta o autor, vai além da mera ocupação de espaço. Ele se torna uma linguagem visual que se manifesta na paisagem urbana, transmitindo mensagens de poder, significado e hierarquia. A compreensão da escala como uma construção social destaca que sua interpretação não é universal, mas moldada por contextos culturais, históricos e políticos específicos. Essa interpretação social da escala é um elemento vital na análise de como o Monumento ao Trabalhador não apenas ocupou o espaço físico, mas também negocia seu significado dentro do tecido social da cidade.

A ideia de que a escala é uma construção social implica que ela é formada pelas percepções, valores e relações de poder presentes na sociedade. Ao qualificar a escala como um construto social, Correa destaca sua maleabilidade, evidenciando que ela não é fixa, mas sujeita a “interpretações dinâmicas” (CÔRREA, 2005, p.9). Isso ressalta a importância de considerar não apenas as dimensões físicas do monumento, mas também como essas dimensões são percebidas e atribuídas de significado pela comunidade que o circunda.

A presença dos murais fixados nos cavaletes, complementam a interconexão das práticas de afirmação do Monumento. O mural, “A Luta dos Trabalhadores”, foi inspirado nos mártires de Chicago, que na cidade estadunidenses entraram em greve geral em 1º de maio de 1886 e suas lideranças foram enforcadas por isso comemora-se em todo mundo o 1º de maio como Dia do Trabalhador. O painel “Mundo do Trabalho” retrata as etapas da história do trabalho o processo de ruralização, de industrialização e construção das grandes metrópoles.

Foto 6 - Painel Esquerdo "A luta dos Trabalhadores".



Foto 7 - Painel direito: "O mundo do Trabalho".



Os painéis (Foto 4 e 5) apresentam uma narrativa visual em que envolve o observador em linhas do tempo sobre a trajetória do trabalhador no mundo. Com figuras estilizadas de trabalhadores, instrumentos laborais e símbolos representativos do universo do trabalho foram

meticulosamente entrelaçados, formando uma composição harmoniosa. As cores utilizadas pelo artista não apenas conferem vida à obra, mas, também, emoções e nuances, capturando a essência das experiências laborais. No final de ambos os painéis, a figura do sol aparece como representando a esperança do trabalhador que encontra literalmente um lugar ao sol em atravessar todos os momentos encontrando um lugar comum.

### **Lugarização do Monumento ao Trabalhador**

Com a escolha da lugarização do Monumento este inscreve o seu sentido para a comunidade a partir do lugar em que foi erigido. Situado na região norte do centro de Goiânia, a área em que o Monumento ao Trabalhador foi construído era inicialmente denominada "Praça da Estação". No entanto, ao longo do tempo, a comunidade conferiu-lhe um novo significado, passando a chamá-la informalmente de "Praça do Trabalhador". Esse termo informal foi gradualmente adotado, transformando a praça oficialmente em "Praça do Monumento ao Trabalhador".

Até o ano de 1990, quando a Lei Orgânica Municipal consolidou o nome "Praça do Trabalhador", o termo legalmente reconhecido para a área era "Praça Americano do Brasil" (GOMES; CASTRO, 2019, p.3), conforme estabelecido pela lei nº 1.486 em 07 de março de 1959. Entretanto, já em 08 de maio de 1967, a planta do Departamento Estadual de Saneamento registrava o nome "Praça do Trabalhador" (GOIÂNIA, 2003, p.44)

Após a inauguração do Monumento, a praça mudou de nome até ser reconhecida como Praça do Trabalhador. Assim, esse renomear da praça em que esteve presente materialmente o Monumento, muda o espaço urbano não apenas pelo seu tamanho, mas, pela sua grandiosidade simbólica. A Praça passa a ser do Trabalhador, quando a representação deste é inscrita na cidade. Em reportagem da Folha de Goyaz de 24 de outubro de 1971 as praças da cidade de Goiânia são pauta. Representada com várias fotos, a escolhida para a capa é a Praça do Trabalhador (Foto 6) com o Monumento de mesmo nome, sem os mosaicos internos e com os espelhos d'água vazios. A foto tem a seguinte descrição: "E o trabalhador não foi esquecido. Criaram em sua homenagem, a Praça do Trabalhador" (VIEIRA, 1971).

Foto 8 - Reportagem sobre as "Praças de Goiânia" com foto do Monumento ao Trabalhador já com os murais internos removidos. Folha de Goiás, 1971.



Na Foto 6, a reportagem apresenta Goiânia como o encontro do “calor humano” (VIEIRA, 1971). As praças existentes e em construção, são reconhecidas como ambiente de aproximação das pessoas na cidade. “Suas praças [as de Goiânia] estão aí, embelezando a Cidade e cativando, cada vez mais, aqueles que chegam. Goiânia é uma cidade humana, mais humana do que a cidade” (VIEIRA, 1971), pela imprensa, o espaço público passa ser entendido como extensão das ações individuais, no qual, conforme a qualidade das praças, sua beleza e cuidado, assim são as pessoas que participam do lugar. “E as praças, com seus jardins bem cuidados, atestam o espírito de um povo bom, ordeiro e trabalhador” (VIEIRA, 1971).

Além de convívio, destaca, também, as praças como lugar de representação e homenagens “As praças que são pontos de encontros dos namorados, servem de homenagem a diversas parcelas da população.” (VIEIRA, 1971). Cita-se: a Praça do Trabalhador, a Praça das Mães; Praça dos Lions; Praça Universitária; Praça Atílio Correa Lima – conhecida como Praça do Bandeirante.

A construção do Monumento ao Trabalhador é erigida em frente à Estação Ferroviária de Goiânia que “[...] durante os anos 1952 a 1980 esteve ativa como principal lugar de acesso a cidade de Goiânia” (BRANDÃO; BRITO, 2016). Como porta de entrada e acesso direto a quem vinha a cidade passear ou trabalhar, na antessala eram recebidos pela Praça do Trabalhador e seu sítio monumental. Deparando-se com uma galeria a céu aberto, acessível e visível a todos que passavam pela Praça do Trabalhador.

Nesse contexto, o Monumento ao Trabalhador emerge como um exemplo paradigmático desse diálogo complexo entre a cidade, seus habitantes e as representações simbólicas. Sua presença na paisagem urbana não apenas celebrava a contribuição laboral, mas também incitava debates, contestações e reflexões sobre seu significado e propósito. Assim, o monumento tornava-se um reflexo dinâmico das tensões sociais, um ponto de convergência e divergência que testemunhava a multifacetada relação entre a comunidade e seus discursos inscritos na pedra, cerâmica, metal e forma arquitetônica.

### **Monumento como discurso**

A camada discursiva dos monumentos não se limita à estética do objeto em si. Ela se manifesta como discurso dinâmico e que possui múltiplas vocalidades, composto na paisagem urbana pelo que representa a partir da concepção dos artistas que o criaram. É pautado pelas mensagens em que quer propagar a partir de interesses dos Estados Nacionais, representações de grupos, personalidades, coletivos, temáticas relativas ao recorte de classes sociais, raça e/ou gênero que visam, de alguma maneira, externar uma posição ao registrá-la no espaço urbano e “[...] florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimento políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, quer sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades” (GONÇALVES, 2007, p.141). Também, se vocaliza a partir das relações estabelecidas por quem o acessa e a necessidade de produzir lembranças em torno da experiência do contato. A discursividade do monumento vai além da sua forma tangível, tendo como dispositivo as mensagens criadas intencionalmente em sua construção e o sentido que a coletividade atribui a ele.

Interpretar o monumento como discurso incorre sobre a variedade de mensagens que este enuncia e produz. “Como nenhum gênero de discurso é uma entidade coerente, os discursos do patrimônio também são antagônicos e plurivocais, constituindo-se zonas de contato entre diversos gêneros discursivos.” (GONÇALVES, 2007, p.142)”, a partir dessa capacidade discursiva a monumentalidade compõem interpretações não apenas polarizadas, mas, sobretudo plurivocais. Se numa medida essa distinção de leituras sobre o monumento pode possibilitar a sua permanência enquanto espaço acessado presencialmente ou por meio de lembranças, por outro ele também produz zonas de contato e fricção que o desconsidera enquanto grau de importância nas cidades.

Ao expressar significados, o monumento torna-se uma manifestação das concepções que ele representa, assim como daquilo que homenageia, tornando integridade e autenticidade aspectos cruciais na formação de sua monumentalidade essas que “[...] não podem ser ameaçadas por discursividades antagônicas as identidades e memórias que eles representam” (GONÇALVES, 2007, p.141:142). Para existir a coesão do discurso este deve operar como forma de permanência, mas, os discursos se articulam enquanto narrativas que no plural não expressam um sentido único de história. Por isso, a plurivocalidade do monumento é acionada não apenas em seus antagonismos, mais em suas dispersões, em contraponto aos que “[...] narram a história sob a autoridade da nação ou da coletividade” (GONÇALVES, 2007, p.142). A autoridade imbuída de contar a versão única da história contesta a ideia das narrativas.

Para Trouillot, ao analisar as relações entre o poder e a produção da história, as narrativas passam a serem esquematizadas de uma forma em que a própria vida não o é. “Portanto, elas distorcem a vida, não importando se a evidência sobre a qual se sustentam esteja comprovadamente correta. Por esse ponto de vista, a história torna-se um entre muitos tipos de narrativa, sem qualquer distinção especial a não ser sua pretensão de verdade.” (TROUILLOT, 2016, p.26) Nesta condução construtivista da história, a busca pela pretensão da verdade única opera como característica que não se aplica ao monumento. Sendo este, discursivamente prolífico em suas modalidades de inscrição escrita, oral ou visual o monumento não é simplesmente um objeto deslocado no tempo, mas que discursivamente é constituído pela interação com as pessoas.

A constituição discursiva do Monumento ao Trabalhador emerge não apenas como uma estrutura estática, mas como uma narrativa visual que participa ativamente na construção e transmissão de significados culturais e históricos em Goiânia. Não se ergue apenas como uma estrutura inerte, mas como um campo de batalha simbólico, onde diferentes narrativas e perspectivas colidem e se entrelaçam em vozes. A sua presença na paisagem urbana é permeada por tensões constantes entre significados atribuídos por diferentes grupos sociais e visões de mundo em conflito. Este monumento, que surge como celebração da agenda do trabalhador na cidade, se torna um palco onde ideias competem.

Como ponto de encontro, aos poucos o sítio do Monumento se torna um lugar de referência para os populares. Manifestações, marchas, festas populares, comícios, shows e, com destaque, a comemoração do Dia Internacional de Confraternização e Luta dos Trabalhadores teve a zona de contato na Praça dos Trabalhadores. A mobilização em torno ao Monumento até

antes de 1969 era muito frequente. Um dos arquivos que registram esse contato são as fotografias de Alois Feichtenberger (Foto 9 e 10) em maio de 1961.

Com faixas em punho, a expressão: "*Salve 1º de Maio, Sindicato dos Oficiais, Alfaiates e Costureiras*", "*Salve 1ª de Maio, Associação Profissional dos Músicos*", "*Salve o dia da união Universal dos Trabalhadores na Luta por suas Reivindicações*" evidenciam o uso da praça pelos trabalhadores de variados seguimentos em encontro de celebração e reivindicação.

Foto 9 – Festa 1º de Maio Monumento ao Trabalhador Goiânia 1961 Fotografia de Alois Feichtenberger.



Foto 10 - Sindicalistas e populares reivindicando pautas trabalhistas. 1961



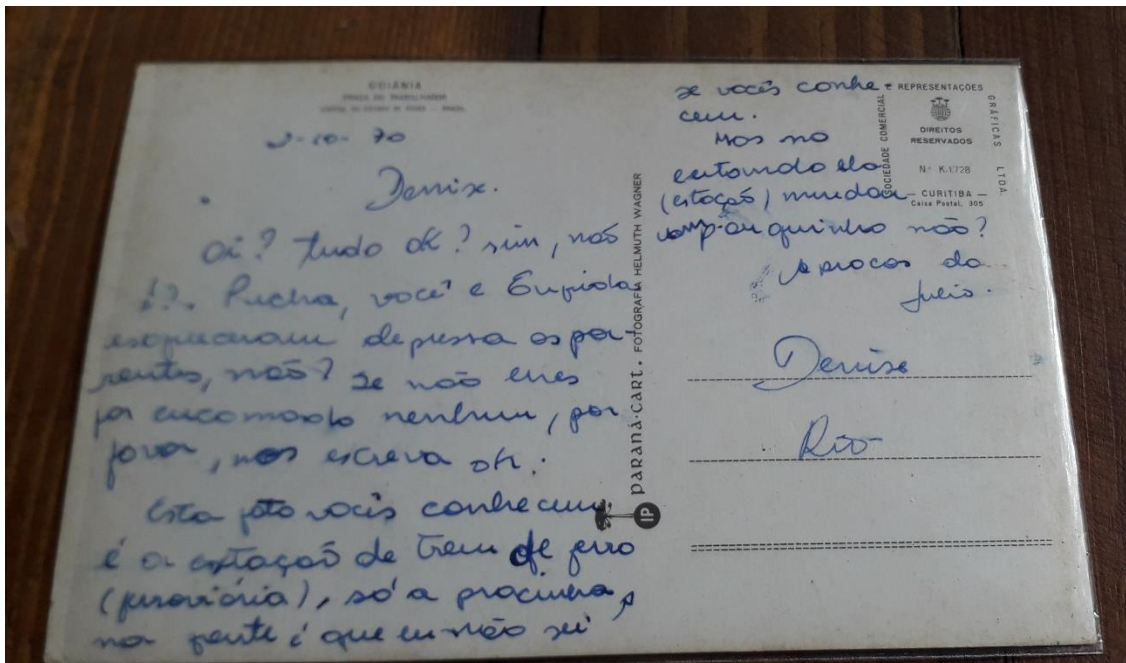
Na foto 10, no primeiro plano, é possível observar que em um dia ensolarado a praça está cheia de trabalhadores em sua maioria homens e negros. Ao fundo, os cavaletes do Monumento em que no painel esquerdo mostra parte da obra "A luta dos Trabalhadores", no plano de fundo, mais pessoas ocupam toda a extensão da praça alcançando a Avenida Independência. A praça e toda sua monumentalidade é dos trabalhadores pois há identificação com seu uso e com o que ela representa.

Ao longo da pesquisa, foram reunidos três exemplares, dos quais dois apresentam coloração. Na Foto 11, na face frontal do cartão, da esquerda para a direita, observa-se a Maria Fumaça configurada como um monumento, seguida pelo Monumento ao Trabalhador, com seus painéis intactos e indivíduos que o contemplam. Ao fundo, os espelhos d'água encontram-se vazios, com a Estação Ferroviária de Goiânia em último plano e o canteiro em destaque no primeiro plano. Outro aspecto relevante sobre a discursividade do monumento, considerando sua autenticidade e a interação dos indivíduos com seus arquivos, evidenciado por meio da interação em cartões postais.

Foto 11 - Cartão Postal em cores. Praça do Trabalhador Paraná Cart. Foto: Helmuth Wagner



Foto 12 – verso do Cartão postal, Praça do Trabalhador Paraná Cart. Foto: Helmuth Wagner



No verso do cartão postal, Foto 12, tem uma mensagem de envio no qual o remetente escreveu:

"2-10-1970.

*Denise.*

*Oi? Tudo ok? Sim, não é? Pucha, você e Eufida esqueceram depressa os parentes, não? Se não isso for incomodo nenhum, por favor, nos escreva ok:*

*Esta foto vocês conheceram? É a estação de trem de ferro (ferroviária), só a pracinha na frente é que eu não sei se vocês conhecem.*

*Mas no entanto ela (estação) mudou um pouquinho, não?*

*Abraços do Julio. Denise Rio.”*

Esse trecho do cartão postal, datado de 2 de outubro de 1970, revela a interação entre os indivíduos e o Monumento ao Trabalhador. A mensagem dirigida a Denise não é apenas uma troca casual entre pessoas, mas também aponta para a experiência destas em relação ao monumento. O remetente, Julio, destaca a possibilidade de esquecimento dos parentes por parte de Denise e Eufida, sugerindo uma dinâmica peculiar de memória e conexões afetivas: esqueceram depressa dos parentes.

As camadas de lugares que o Monumento ao Trabalhador alcança são diversas e polifônicas. Atuam principalmente por meio de um sistema de objetos/arquivos que correlacionam a interação entre quem acessa e manipula esse instrumento, escrevendo as suas experiências, como é o caso dos cartões postais, ou a partir de um contato de registra um fato ou acontecimento que mova a estrutura narrativa do Monumento. Assim, Tamaso (2012) ao etnografar os sentidos de lugares na cidade de Goiás, ressalta que há

[...] dupla característica do lugar: o fato de que dentro dos lugares se tornem visíveis lugares de duas maneiras. Primeiro como um lugar no qual a experiência é possível, e segundo como um lugar em uma representada forma, sendo, pois, uma abstração em forma de conceitualização ou de apresentação concreta de sua conceitualização. (TAMASO, 2012, p. 225:226)

Essa dualidade atribui expressões aos lugares, os imbuí de sentido e de representatividade e faz com as características do Monumento sejam partilhadas no ato de dar a alguém algo que interessa ao portador na cidade, na expectativa de localizar o remetente em um lugar comum ao representado conceitualmente ou de forma abstrata. Ao mencionar a estação de trem de ferro e a mudança da praça, Julio introduz uma dimensão temporal à conversa, evocando a transformação do lugar ao longo do tempo. A referência à "pracinha na frente" e a incerteza se Denise e Eufida a conhecem adiciona um elemento de familiaridade ao lugar, destacando a importância da praça como parte do contexto cotidiano. O cartão postal, além de compartilhar impressões sobre o monumento, também se torna um veículo para manter laços sociais, sugerindo a importância do monumento não apenas como um objeto físico, mas

como um ponto de referência que permeia as relações interpessoais e a construção de memórias compartilhadas.

Ainda sem a presença da Maria Fumaça que foi instalada em 1967 (GOYAZ, 1967), o cartão postal da Foto 13, tem na fotografia um plano visual centrado, delineado pelo canteiro central a partir da Avenida Goiás, destacam-se seis palmeiras imperiais distribuídas simetricamente, três de cada lado, formando um alinhamento que se projeta em primeiro plano. Este arranjo vegetal, estabelece uma moldura natural que direciona a atenção para o cenário que se desdobra à sua frente. No segundo plano, está o Monumento ao Trabalhador. À distância, no terceiro plano, emerge a silhueta da Estação Ferroviária de Goiânia. No rodapé do cenário, em uma fonte branca, inscrições identificam os elementos presentes na imagem: "*Goiânia. Est. ferroviária – Mto. ao Trabalhador e E. F de Goiás*". Essa legenda, além de situar geograficamente o observador, delinea a relação entre a estação rodoviária, o Monumento ao Trabalhador e a Estrada de Ferro de Goiás.

No verso do cartão postal, (Foto 13) escrito em lápis "Estação EF. Goiânia" e em caneta: "*Yolanda, Com o início de uma nova amizade, dedico-lhe este. Valdeci Chaves, Goiânia, 25.11.65*" Nesse breve registro no verso do cartão postal, datado de 25 de novembro de 1965, revela um gesto social significativo a pretensão de início de amizade. Ao mencionar a "Estação EF. Goiânia", o autor conecta a mensagem diretamente à imagem da estação ferroviária da cidade. Este detalhe sugere que a escolha do cartão e sua dedicatória estão intimamente ligados ao lugar representado. A estação ferroviária, além de ser um ponto geográfico específico, evoca experiências compartilhadas. O uso da expressão "Com o início de uma nova amizade" introduz um elemento relacional na mensagem. A menção ao início de uma nova amizade sugere um gesto de cordialidade e talvez um desejo de estabelecer conexões significativas. Assim, o cartão postal, com o registro do Monumento ao Trabalhador, captura não apenas um momento visual da cidade, mas também as relações sociais e emocionais entre as pessoas envolvidas.

Foto 13 - Cartão Postal MTO. ao Trabalhador em cor sépia.



Foto 14 - Verso do cartão postal com identificação de ano e remetente.



A produção de discursos a partir do Monumento ao Trabalhador é registrada nesses cartões postais, como discurso do cotidiano. O lugar passa a ser um dos pontos turísticos da cidade, juntamente com a Praça Cívica e o Lago das Rosas, inclusive sendo retratado em diversos cartões postais. Os monumentos têm a sua narrativa como patrimônio delimitada nas

zonas de contato entre o discurso da monumentalidade e o discurso do cotidiano. Ao definir sobre essas duas formas de registro discursivas Gonçalves, explica que

“[...] na primeira modalidade de narrativa, o patrimônio aparece na forma de monumentos, cujo destino é permanecer; na segunda destacam-se os objetos, espaços usados e atividades exercidas pelos segmentos sociais em sua vida cotidiana, e que estão marcados pela transitoriedade.” (GONÇALVES, 2007, p.153)

A transitoriedade apontada pelo autor pode se dar de forma particular, ao registrar a lembrança de alguém, a experiência do acesso ao sítio do monumento, ou mesmo numa camada coletiva, quando a memória é assinada e endereçada a outrem. Para Gonçalves, o registro monumento assume formas no espaço público monológico e, o registro cotidiano, polifônico. (GONÇALVES, 2007, p.154). Em complemento, o discurso da monumentalidade, contudo, “enquanto construções sociais, politicamente concebidos, são portadores de ambiguidades” (CÔRREA, 2005, p.2). A sua capacidade de comunicar aquilo que deles desejavam os seus idealizadores pode ser limitada e mesmo contestados os significados que deles se desejavam.

Afirmção ou contestação política a representação que o monumento tem a partir de sua plurivocalidade conecta de forma complementar as afirmações de grupos ou a contestação política, submetendo, assim a interpretações contrastantes. “Essas práticas articulam processos gerais por meio de formas simbólicas que aparentemente têm significados lugarizados em contextos locais, regionais ou nacionais.” (CÔRREA, 2005, p.9)

Nessa dimensão contextual, a vocação para a permanência do Monumento é direcionada pelas mensagens em que este enuncia, bem como a sua transitoriedade e ressonância por meio da praça que o rodeava. Ao apresentar em seus cavaletes as imagens confeccionadas em pastilhas de vidrottil, “O Mundo do Trabalho” e a “Luta dos Trabalhadores”, a experiência e tradição se encontram. No mesmo instante em que o passado será considerado como hierarquicamente superior ao presente (GONÇALVES, 2007, p.150) para o monumento, o cotidiano e a experiência com o presente passam a ser acionados. A batalha de narrativas é evidenciada nas mudanças físicas que o monumento sofreu ao longo dos anos. Desde sua inauguração, foi alvo de intervenções e contestações, incluindo a cobertura dos murais de Clóvis Graciano em piche e a posterior remoção dos cavaletes originais. Cada alteração física reflete e é lida como uma declaração política, uma tentativa de afirmar uma visão sobre o papel do monumento.

## **A destruição progressiva do Monumento**

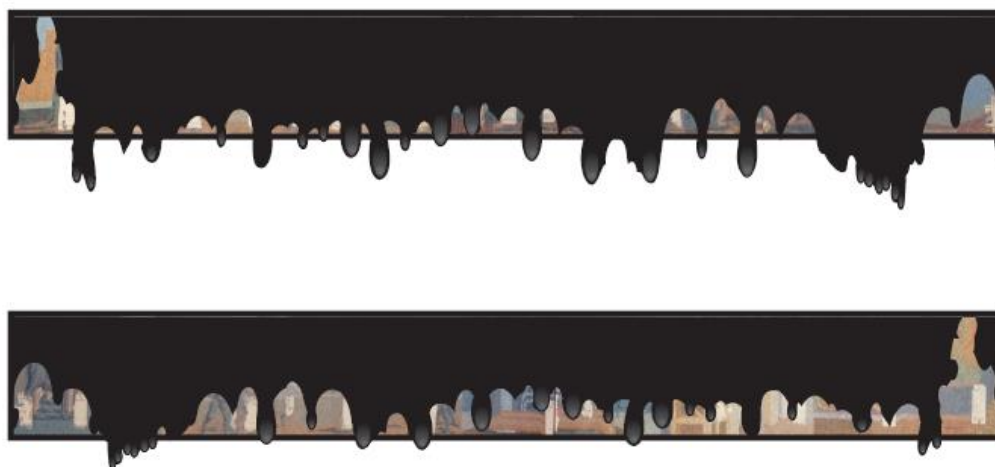
A destruição progressiva do Monumento ao Trabalhador se desenrola ao longo de décadas, revelando uma interação intrincada entre disputas pelo acesso a cidade e seus sentidos de representação. Tendo em vista que os monumentos se instalam como enunciadores de discursividades a sua lugarização da visibilidade oposições autenticidade e conflitos, “[...] seja porque marcam posição de supremacia social, seja porque traduzem contestação por parte de um grupo face a um outro.” (CÔRREA, 2005, p. 6). Na zona de contato das disputas sociais, o Monumento ao Trabalhador, foi arruinado pouco a pouco. Com início da destruição durante o período da ditadura militar as outras etapas têm como “[...] roteiro da destruição com a democracia institucional já consolidada: de um lado, constata na demolição das estruturas de concreto a insensibilidade tecnocrática” (BORGES, 2017, p. 115) e, por outro, com a possibilidade de reconstrução do Monumento prevista pela lei orgânica municipal que não foi colocada em prática pelo poder público local. A fim de contextualizar os momentos de destruição do Monumento ao Trabalhador até a demolição dos cavaletes, será detalhada a partir dos documentos que registraram essa trajetória.

Na madrugada, entre 31 de março e 1º de abril de 1964, é deposto João Goulart da Presidência da República do Brasil e os militares assumem o poder executivo nacional. Aos poucos, eles controlam os outros dois poderes – Legislativo e Judiciário. Passam a governar por Atos Institucionais. Até que, em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva, baixa o AI-5. Esse quinto ato institucional, censura toda possibilidade de manifestação contrária ao regime. Como o Estado não consegue chegar em todos os lugares, principalmente para vigiar as atitudes das pessoas, civis se reúnem e criam o Comando de Caça aos Comunistas – CCC - a fim de vigiar e punir quem estivesse contra o regime. Assim começa a rotina de destruição do Monumento ao Trabalhador, no qual busca a destruição central não apenas do espaço de convivência que incorpora à cidade, mas, do que ele representa.

O ato inicial mais contundente é o derramamento de piche fervido nos murais de Clovis Graciano. A atuação do CCC tinha capilaridade de atuar em todos os estados brasileiros. “Numa madrugada de abril de 1969, acontece o primeiro ato de destruição ao Monumento do Trabalhador em Goiânia” (BORGES, 2017). “Responsabilizando-se pelo ato de vandalismo, estavam inscrições de grupos extremista, entre eles, do Comando de Caça dos Comunistas –

CCC” (LEMES, 1982). Ativistas do CCC derramam piche fervido nos dois murais. Conforme a Foto 15, a pasta preta cobriu a quase totalidade das duas superfícies. Conforme relatório que detalha a trajetória do Monumento ao Trabalhador e que solicita a sua reconstrução, produzido em 2003, a pasta preta cobriu a quase totalidade das duas superfícies e apenas uma pequena parte dos desenhos permaneceu à vista (Foto 15).

Foto 15 - Ilustração do piche escorrendo sob as pastilhas em vidrotil. Fonte: Relatório Monumento ao Trabalhador: Estudos para reconstrução. GOIÂNIA, 2003.



Resquícios das pastilhas em vidrotil deterioradas por conta do contato com o piche fervido ficaram presentes na estrutura do Monumento até meados de 1973, quando o prefeito da época mandou que o restante das pastilhas ainda penduradas, fossem raspadas e retiradas dos cavaletes, sem nenhuma proposta de reconstituição. Em entrevista em 1982, ao Diário da Manhã Revista, os artistas plásticos Siron Franco e Cleber Gouveia concordam que os painéis poderiam ser recuperados “Era só retirar o piche” (LEMES, 1982), destaca Siron Franco. Para Cleber Gouveia não reconstituição e salvaguardar dos painéis pode se justificar por influência de grupos contrários a mensagem em que a obra de arte de Clovis Graciano apresentava, “[...] o prefeito, por sua vez, achou por bem demolir de vez as maltratadas placas” (LEMES, 1982). Ambos alegam que a decisão da Prefeitura de “demolir as placas” foram de “pressões de alguns setores contrários à mensagem expressa nos painéis.”; (LEMES, 1982) “Acho que isso nunca teria sido fruto de influência de algum colega nosso, mas de grupos de ideologia contraria à mensagem expressa nos painéis” (LEMES, 1982). O contraste na aceitação das mensagens propagadas pelo Monumento e a não aceitação dessas enunciações ficam evidentes quanto a

esses dois atos de destruição – o promovido pelo CCC e o legitimado pelo Poder Público local. No entanto, outras ações de destruição continuaram. Com a remoção do que sobrou dos painéis, as duas estruturas de concreto passam a ser o próximo alvo.

Foto 16 - Segunda promessa do governador eleito Ary Valadão: Terminal de cargas e elevado na Goiás. Folha de Goyaz - 11/11/1978.



Foto 17 – Foto ampliada da notícia no jornal Folha de Goyaz - 11/11/1978.



Em 1978 é noticiado os primeiros registros na imprensa da tentativa de remoção dos cavaletes que, segundo o jornalista Maurilio Lemes “[...]tinham em sua forma como se fossem duas mãos com os dedos separados e apontados para o céu” (LEMES, 1982). Os agora cavaletes passam a ser apresentados como ‘estorvo para um eventual progresso a ser levado para a população que habita o seu entorno’ e, com isso, deve ser retirado do lugar. Na foto 14, o Jornal Folha de Goyaz em 11 de novembro de 1978, tem como manchete “Ary promete: Terminal de cargas e elevado na Goiás” recém-eleito governador, tomou posse em 1979 e governou o estado de Goiás até 1982, Ary Valadão, prometeu durante reunião organizada pela Associação das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas do Estado atender à reivindicação dos “[...] empresários goianos, no ramo de transportes rodoviário de cargas, no sentido de criar um terminal rodoviário de cargas no lugar” (ARY PROMETE, 1978). Na promessa inclui a criação no final da Av. Goiás com um “[...] elevado na Praça do Trabalhador, visando dar continuidade àquela avenida” (ARY PROMETE, 1978) expandindo a região norte da capital e proporcionar maior crescimento habitacional para a região. Para essa justificativa, a demolição da estrutura restante do Monumento ao Trabalhador, no caso, os cavaletes e o conjunto arquitetônico da praça, torna-se inevitável.

Em contraste com a mera exterioridade dos fatos, os acontecimentos históricos presentes no trabalho etnográfico com arquivos demonstram as conjunturas da construção de narrativas, suas reais intenções e simbologias. Mesmo que, o “elevado da praça ao trabalhador” (ARY

PROMETE, 1978) não tenha saído do papel, naquela dada ou mesmo no ano seguinte, o fato da remoção do Monumento ao Trabalhador acontece alguns anos depois, demonstrando a real intenção do grupo de pessoas presentes naquela reunião.

O Governo do Estado e a Prefeitura decidiram atender a uma antiga aspiração do goianiense: vão construir em 1985 a nova Estação de Goiânia, na área atualmente ocupada pela Rede Ferroviária Federal que ser transferida para senador Canedo. O terminal vai possibilitar também o prolongamento da Avenida Goiás por trás da Praça do Trabalhador até a Perimetral Norte e a extensão do Eixo Norte-sul com pista central exclusiva para ônibus (NOVA, 1984).

Em 1984 a proposta de retirada da estrutura de concreto retoma a agenda pública e é veiculada na imprensa. Empreendida pela iniciativa privada e mais uma vez chancelada e patrocinada pelo poder público, a justificativa para a remoção dos cavaletes ganha novo artifício: a construção da Nova Estação Rodoviária. Na capa do jornal diário O Popular naquele 1º de dezembro, com a foto 18 a partir do lado leste da Praça do Trabalhador é possível ver os espelhos d'água vazios, os cavaletes sem as respectivas pastilhas em vidrotel, a estação ferroviária, alguns ônibus estacionados e parte da estrada de ferro ao fundo. Junto a imagem a descrição: “Aqui vai ficar a nova Estação rodoviária de Goiânia e essa opção ainda possibilita o prolongamento da Avenida Goiás até a Perimetral Norte” (NOVA, 1984). Consta que à época foi enviado à Assembleia Legislativa um projeto de lei abrindo créditos especiais no valor de 15 bilhões de cruzeiros para a obra da nova Estação Rodoviária de Goiânia. Com a aprovação deste orçamento, a previsão para início do empreendimento aconteceria em 1985.

Foto 18 – Foto capa de reportagem do O Popular. 1984. Foto: Paulo José.



A remoção dos cavaletes do Monumento ao Trabalhador em Goiânia, ocorre entre 1986 e 1988, evidenciando a reconfiguração da paisagem urbana. A justificativa para tal intervenção estava associada à construção de um elevador e à expansão da Avenida Goiás Norte, projetos que “[...] visavam modernizar e ampliar a infraestrutura da região” (NOVA, 1984). A retirada dos cavaletes, estruturas que sustentavam os painéis artísticos de Clóvis Graciano, não representou apenas uma intervenção física no espaço urbano, mas também um impacto simbólico e de aparente vitória na disputa pelo registro na cidade. A alegação para o desmanche prendeu-se “[...] à falaciosa necessidade de desobstruir a extensão da Avenida Goiás para o norte da cidade, pois havia um projeto para a via seguir em linha reta, passando por baixo da Estação Ferroviária” (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016, p. 362).

O Monumento ao Trabalhador, inicialmente concebido como um tributo aos trabalhadores enquanto classe social, testemunhou sua transformação em um espaço contestado, sujeito às dinâmicas de poder e decisões urbanísticas de agressão àquele sítio. Essa remoção, de certa forma, obscureceu a presença do monumento na paisagem urbana, dando lugar a outras formas de uso e ocupação do espaço transparecendo outro discurso evocado a partir da permanência ou não do Monumento: o improvisado do planejamento urbano na cidade. “Viu-se posteriormente que a extensão da Avenida Goiás seguiu trajeto diferente do alegado, desviando-se completamente do espaço então ocupado pelos pilares do monumento” (BORGES, Et al., 2016, p. 362). Essa mudança de trajeto em nada impactaria a permanência dos cavaletes junto ao seu conjunto arquitetônico.

A ausência dos cavaletes reconfigurou o ambiente físico e o acesso a praça. Com a remoção dos cavaletes, a destruição do conjunto arquitetônico que compunha a praça do trabalhador e o soterramento da sua estrutura, conforme possível ver nas fotos 19 e 20, foram plantadas palmeiras imperiais, enfileiradas e perfiladas defronte uma à outra formando duas filas, posicionadas de maneira simétrica, conferindo à paisagem uma estética mórbida e ao mesmo tempo vazia, evocando um novo tipo de presença na ausência. Essa transformação marcou uma mudança não apenas na estrutura física da praça, mas na própria atmosfera e na forma como as pessoas interagiam no espaço urbano. Com essa vocação imperial, instalou-se a estética do vazio. As sonoridades que antes emergiam da terra e da praça foram trocadas por ruídos vindos do alto: os sons do vento quando batem nas folhas e o silêncio quando vindos de baixo.

Foto 19 - Palmeiras Imperiais no lugar onde se encontrava o conjunto arquitetônico e o Monumento ao Trabalhador.



Foto 20 - À esquerda Monumento ao Trabalhador durante os anos 1970. Foto: Cartão PostalEDICARD. À direita palmeiras imperiais substituem o Monumento. 2015. Foto: Lado Alto Fotograf.



Em 24 de outubro de 1980, o jornalista Anatole Ramos estampa como autor a matéria no Jornal Opção (Foto 21): “Praça do Trabalhador, uma estranha homenagem aos verdadeiros construtores da cidade” (RAMOS, 1980). Na reportagem, que segue o mesmo tom do título de forma enfática apresenta a trajetória do Monumento ao Trabalhador e a sua falta no espaço urbano, já que a narrativa predominante atribui a um único feitor: Pedro Ludovico Teixeira. Como na foto 10, a manifestação para no dia internacional do trabalho também provoca memórias não apenas a classe ou ao segmento em que cada operário ocupa, mas, a consciência de que todos devem se unir pois são esses os que fazem o espaço urbano existir.

Ramos continua na reportagem:

“Era o caso de, daqui do alto destas pirâmides donde 47 anos [a idade de Goiânia em 1980] nos contemplam, lançarmos o grito: ‘Trabalhadores de toda a Goiânia, uni-vos!’ e imediatamente iniciarmos a campanha pela construção de um monumento ao trabalhador na ‘sua’ praça, antes que um aventureiro qualquer lance o seu monumento nela. E, depois, instituímos uma guarda cívica para que ninguém carregue a estátua ou lá o que seja, como foi feito com o mural (mural mesmo?), uma obra de arte que desapareceu no tempo e no espaço” (RAMOS, 1980).

A discursividade do Monumento ao Trabalhador já está amplificada para o sítio onde este esteve inserido, a retratar como ‘sua’ praça o Monumento. Com esse trecho da reportagem, chama atenção que, à época dos 47 anos da cidade de Goiânia, pelo menos 21 anos o Monumento esteve erigido.

Foto 21 - Reportagem Jornal Opção - 24 de outubro de 1980



Os monumentos recriam paisagens (CORREA, 2015, p.2). O Monumento ao Trabalhador recriou a paisagem da capital goiana, repercutindo, sobretudo na capacidade de produzir vários sentidos no e para o ambiente urbano. Reflexos dessas interpretações podem ser associadas durante a trajetória dele. Com destaque, o primeiro, refletido no apelo constante de que na praça em que ele estava erigido, tornou-se um ponto de encontro dos populares. Na segunda interpretação, os ciclos de destruição aparecem de forma destacada, tendo em vista que o primeiro ato de violência contra a estrutura do Monumento foi a intervenção com a marca CCC – Comando de Caça aos Comunistas.

A trajetória de destruição do Monumento ao Trabalhador, ao se desdobrar ao longo de décadas, oferece uma janela reveladora para a complexa interação entre as disputas pelo acesso à cidade e os sentidos atribuídos à sua representação. Os monumentos, como enunciadores de discursos, inserem-se no tecido urbano, tornando-se pontos de convergência onde se manifestam oposições, autenticidade e conflitos.

O Monumento ao Trabalhador, lugarizado na zona de contato dessas disputas sociais, foi gradualmente arruinado. Iniciando-se durante o período da ditadura militar, as fases subsequentes desse processo de destruição apresentam-se como um roteiro complexo, onde a insensibilidade tecnocrática, conforme observa Borges (2017), se manifesta na demolição das estruturas de concreto e na não preservação e restauro dos painéis.

Por outro lado, surge a oportunidade de reconstrução do Monumento, prevista pela lei orgânica municipal, mas que permaneceu inexplorada pelo poder público local, no qual a partir dessa provocação foi criado um Grupo de Trabalho que elaborou o primeiro relatório detalhado sobre o Monumento ao Trabalhador. Este relatório ignora a reconstrução também do conjunto arquitetônico em torno ao Monumento ao Trabalhador, destacando apenas o Monumento como ordem do dia.

Para compreender plenamente os momentos cruciais da destruição do Monumento ao Trabalhador, desde o período da ditadura militar até a remoção dos cavaletes, parece essencial explorar minuciosamente os documentos como campo de pesquisa. Essa análise detalhada proporcionará uma compreensão mais profunda do papel desse monumento na paisagem urbana e dos conflitos sociais que contribuiram para sua gradual ruína e permanência dos seus rastros.



## **Capítulo 2. Etnografia do Arquivo-Monumento como lugar de memória**

Neste capítulo, explora-se o papel intrínseco do arquivo como um lugar de memória, um repositório que transcende a mera acumulação de documentos. Na perspectiva de observar o Monumento ao Trabalhador, o foco recai sobre como o arquivo se manifesta não apenas como uma coleção de registros, mas como um espaço dinâmico onde a memória é continuamente articulada e reinterpretada.

Ao abordar o conceito de Arquivo-Monumento, examina-se como as narrativas e os vestígios do Monumento ao Trabalhador são preservados e acessados através de documentos. Este enfoque destaca a interação complexa entre o caráter monumental da estrutura física e a preservação dessas dimensões monumentais nos registros documentais.

A relação entre arquivo e etnografia é explorada como um método que possibilita a imersão na vida do arquivo, revelando não apenas os documentos em si, mas também as práticas sociais e culturais que cercam sua preservação e interpretação. Colecionar esses arquivos ainda é revestida por uma vontade de ver um pouco do Monumento na cidade. Dentre tantas disputas, os arquivos colecionados são acionados como dispositivos que lembram, denunciam e reconstituem os fatos em torno da monumentalidade.

Dessa forma, este capítulo busca desdobrar as múltiplas facetas do arquivo como um lugar de memória, explorando sua função como Monumento e a aplicação da etnografia como uma lente para compreender as complexidades envolvidas na preservação e na construção de significado em torno do Monumento ao Trabalhador.

Foto 22 - Entre o Monumento ao Trabalhador a antiga Estação ferroviária e a Maria Fumaça.



### **Arquivo como lugar de memória**

Os arquivos sobre a trajetória do Monumento ao Trabalhador evocam-se como “[...] lugares onde a memória se cristaliza” (NORA, 1993, p. 7), são lugares de memória, tendo em sua materialidade o dispositivo a acionar recordações, registrar lembranças e prover esquecimento.

A sua especificidade deve-se precisamente ao modo de atuação sobre a memória materializada; fotos, relatórios, recortes de jornais, vídeos, cartões postais em variados suportes físicos e digitais, mas, sobretudo, no arquivo-praça onde este inscreve e continua a ser acessado publicamente.

Nesta camada, o papel de articular os vários rastros sobre o Monumento presente nos documentos se desdobra a fim de conhecer as narrativas que compõem as suas enunciações e, em alguma medida, contrastá-las. Para isso faz do arquivo parte fundamental da “[...] memória esfacelada, onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação” (NORA, 1993, p. 7), problemas esses contínuos e que apenas os rastros presentes nos arquivos coloca-os em público a partir da sua fronteira com o

esquecimento, como numa teia a se entrelaçar em acontecimentos que são visitados por meio de dados colecionados desde 2015.

Essa interlocução com o lugar público do arquivo, faz com que com as fronteiras passem a ser deslocadas. “Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada, altero as fronteiras entre um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público” (GONÇALVES, 2007, p.155). Ao deslocar o campo de pesquisa entre o acessado publicamente e o conservado em uma coleção particular, a interlocução com o lugar da memória passa a determinar a forma de tratamento e acesso às reminiscências do Monumento ao Trabalhador no qual a lembrança acontece pelo que não foi visto, e sim pelos seus rastros.

Sendo o arquivo parte desses rastros, o lugar para acessar as lembranças se relaciona exclusivamente dos registros produzidos sobre o que quer se enunciar, pois “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p.7). A memória passa a ser algo em esquecimento se não houver um lugar para ancorá-la. Por sua vez, os lugares ainda que esfacelados não são coesos, eles, como elemento monumental também instáveis e produzem dissonâncias e ressonâncias, lembranças e esquecimentos. Assim, por memória entende-se como “fenômeno sempre atual, um elo vivido no eteno presente” (NORA, 1993, p. 8). Ela, é a vida, “sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 8). Assim, a dialética da lembrança ou do esquecimento segue um escopo de lembrar, registrar e esquecer, não necessariamente nessa ordem, frutos de uma dinâmica de tese, antítese e síntese. O registro acontece sobretudo, por meio dos arquivos.

Por sua vez, Michal Pollak, define memória como uma “[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividade de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1989, p.3). Ao ser parte dos acontecimentos, a memória passa a operar numa camada coletiva. Essa coletividade em que se legitima e ou se questiona sobre as interpretações das vivências sob determinada situação, desdobra-se na sensação de se pertencer a algo ou a alguma coletividade. Ao representar um conjunto de trabalhadores, o Monumento enquanto arquivo desperta nesses a vocação de ressoar e produzir discursos sobre as suas demandas, vontades, desejos, angústias, celebrações e lembranças sobre a trajetória histórica deste público.

A fronteira entre a produção de lembranças coletivas e/ou individuais se move ao tempo em que os pontos de referência são acionados. “Há tantas memórias quantos grupos existem.” (NORA, 1993, p.11). Nessa pluralidade, os registros passam a ser inalcançáveis e infindos e os objetos, os arquivos e a grandiosidade simbólica do monumento condicionam para que “[...] a memória se enraíza [enraíze] no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” (NORA, 1993, p.11). Ao criar raízes móveis a memória passa a percorrer e atravessar o tempo dos lugares. O passado deixa de significar o que ficou para trás e torna-se o que ali está sob os olhos ou sob as mãos do objeto observado. Assim “[...] o tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória” (NORA, 1993, p.12). Com a perda, a recordação torna-se o lugar de refúgio da memória. Mensurar grandiosos desaparecimentos é um desafio, certo é que eles provocam traumas e a falta do luto, em casos em que o desaparecimento é forçado, não possibilita o devido resguardo do silêncio.

Assim, os arquivos como lugares de memória, “[...] nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea e que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas” (NORA, 1993, p.13). Rememorar, de certa maneira, é criar condições para que o esquecimento não seja duradouro. Nesta camada do esquecimento no caso do Monumento ao Trabalhador, a sua especificidade deve-se precisamente ao modo de atuação sobre a memória. Nos estudos já realizados sobre o Monumento ao Trabalhador, destaca-se dois artigos o *Monumento: Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia)* (BORGES, 2017) e *A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia. Ações para reparar um crime de supressão de memória* (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016).

No primeiro artigo, Borges (2017) analisa como a existência do Monumento ao Trabalhador numa dimensão coletiva para quem habita a cidade de Goiânia. O autor sustenta que a demolição do monumento exemplifica a supressão da memória coletiva e a perda de um símbolo crucial da luta dos trabalhadores na cidade de Goiânia. Segundo o autor “[...] a falta de defesa do monumento e as intervenções urbanísticas contribuíram para sua exclusão da memória dos habitantes de Goiânia” (BORGES, 2017).

Além disso, o autor explora a interligação entre memória, patrimônio e política urbana, argumentando que a ausência de salvaguarda do patrimônio cultural e a falta de envolvimento da sociedade civil nas decisões urbanísticas constituem sérios problemas que afetam a

preservação da memória coletiva. A abordagem adotada no artigo é interdisciplinar, buscando analisar tanto “a supressão ideológica quanto a insensibilidade tecnocrática relacionadas à memória e ao simbolismo das lutas dos trabalhadores” (BORGES, 2016). Em conclusão, o artigo destaca que a destruição parcelada do Monumento ao Trabalhador em Goiânia ilustra a fragilidade da política de memória e a falta de proteção do patrimônio cultural. A dinâmica de destruição aconteceu por meio de dois atos: I. o ato do Comando de Caça aos Comunistas - CCC – em que despejaram piche fervido nas pastilhas em vidrotel que compunham os mosaicos presentes nos dois cavaletes do Monumento em 1969; e II. a remoção do espelho d’água e dos cavaletes entre 1986 e 1989, no qual foram plantadas palmeiras imperiais no lugar. Por fim, o autor aponta que é necessário um esforço conjunto da sociedade civil, governos e pesquisadores para preservar a memória coletiva e proteger o patrimônio cultural.

No segundo artigo, Borges, Dela Côrte, et.al (2016) apresenta a repressão, resistência e memória dos trabalhadores em Goiânia, com foco na destruição do Monumento ao Trabalhador. O texto aborda a gravidade dos efeitos do "esquecimento obrigatório" sobre a memória da comunidade política como um todo. Relata a incursão de sindicalistas, pesquisadores e artistas locais que em 2015 “[...] iniciam mobilização pela reparação do crime e reconstrução do monumento” (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016). A pauta de reconstrução do Monumento ao Trabalhador compõe a agenda acadêmica nos dois principais estudos sobre o referido equipamento cultural.

Neste artigo, destaca-se a realização de uma pesquisa de opinião, realizada entre maio de 2015 e março de 2016, com dois grupos focais um com “[...] produtores de discursos e imagens políticas em Goiânia” (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016, p. 122) e outro com o público ampliado em parques, praças e terminais de transporte coletivo, com mais de 40 anos, residindo em Goiânia ao menos desde 1985 (um ano antes da demolição). O objetivo foi detectar a persistência do silenciamento da história por parte das autoridades públicas no século XXI.

Em meio a 11 indagações de cada formulário sobre tópicos de memória, três foram introduzidas para detectar o lugar das referências políticas da cidade na hierarquia das percepções dos entrevistados. Salvo as exceções expressas em percentuais ínfimos, os dois universos pesquisados demonstram desconhecimento a respeito da construção outrora edificada na Praça do Trabalhador. (BORGES, DELA CÔRTE et.al, 2016, p. 124).

Assim, a ausência de registro e reconhecimento do Monumento ao Trabalhador revela as marcas do esquecimento, especialmente entre os "produtores de opiniões e imagens

políticas"(BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016, p. 122). Quando questionados sobre as lacunas nos registros e monumentos oficiais da cidade, esses entrevistados não mencionam o episódio do Monumento ao Trabalhador ou sua eventual reconstrução como uma prioridade. Seu maior incômodo reside na falta de informações sobre os monumentos existentes e na deficiente sinalização turística na cidade. Em segundo plano, eles criticam a escassa consideração dada à memória da cidade e às políticas culturais em geral. O mais próximo que chegam de uma compreensão da política da memória é o desejo de uma "homenagem aos operários da construção de Goiânia" (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016, p. 125), embora esse pedido esteja desprovido do simbolismo impregnado ao monumento.

Dentre o “público ampliado” (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016, p. 125), apenas 5,9% do percentual dos entrevistados (17 em 288) que mantêm na memória a figura do monumento e consegue nomeá-la com precisão. A pesquisa de opinião conclui que 77,7% de entrevistados afirmam taxativamente não se lembrar do monumento e sequer identificam a sua imagem. Assim, as pesquisas empreendidas, além de relatos minuciosos sobre o Monumento ao Trabalhador, buscaram demonstrar “a ausência, de uma *política de memória* em Goiânia” (BORGES, DELA CÔRTE, et.al, 2016), além de consubstanciar argumentos para a reconstrução do Monumento ao Trabalhador com foco em reparar a supressão ideológica na imagem urbana goianiense.

Com menos de 6% dos entrevistados dentre o público ampliado sendo capaz de reconhecer que ali naquele sítio em frente a antiga Estação Ferroviária de Goiânia o Monumento ao Trabalhador esteve presente, bem como, entre os entrevistados que se enquadram na pesquisa como grupo de produtores de opinião, há baixíssimo o entendimento sobre a origem do nome da praça. Assim, resta ao arquivo ser o principal ressoante do Monumento ao Trabalhador.

Ao explorar o papel do arquivo como um lugar de memória, é possível perceber que ele não é apenas um depósito inerte de informações. É um espaço dinâmico onde as narrativas aparecem. O arquivo é visto como um dispositivo da memória, um catalisador que desperta lembranças e estabelece conexões entre o passado e o presente. Ele não apenas registra informações, mas posiciona de forma esfacelada o que aconteceu. O arquivo-praça, no caso específico do Monumento ao Trabalhador, serve como um ponto de acesso público, permitindo à comunidade interagir com as múltiplas camadas de significado associadas a essa obra.

Ao trazer à tona fotografias, relatórios e cartões postais, o arquivo não apenas recupera as visualidades do passado, mas também promove um diálogo contínuo entre a “[...] memória verdadeira e a memória transformada” (NORA, 1993, p. 14). A dinâmica do arquivo como um lugar de memória destaca sua capacidade de negociar com o esquecimento. Desafia a efemeridade do tempo, mantendo vivas as narrativas que, de outra forma, poderiam desaparecer. O arquivo não é apenas um depósito de vestígios do passado; é um ponto de convergência entre tempos, um lugar onde a memória é preservada, contestada e continuamente construída.

Encarar o arquivo como um lugar de memória significa compreender que ele não é apenas uma testemunha silenciosa, mas um participante ativo da trajetória do Monumento. Enquanto memória arquivística passa a “[...] se apoiar inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (NORA, 1993, p. 15). O detalhe da informação enquanto arquivo produzido não é priorizado inteiramente, mas, a leitura e exame destes documentos se pautam, sobretudo, no entre linhas, na sutileza estabelecida ao confeccionar os documentos, bem como a sua leitura na contemporaneidade.

Com isso, o arquivo enquanto lugar de memória, deve ser vivido a partir de suportes exteriores a ele, ou seja, outros arquivos que o complementam e/ou contraditam. Nessa dinâmica, o Monumento ao Trabalhador, permanece como um elemento ativo nesse contexto, desafiando a exploração mais profunda das complexidades presentes em cada arquivo, em cada fotografia, em cada palavra escrita. O arquivo, assim, transcende seu papel físico ou digital; um lugar de ressonância, onde o passado ecoa em vidas contemporâneas, condicionando ao Monumento também uma qualidade de arquivo.

Foto 23 - Entre o Monumento ao Trabalhador a antiga Estação Ferroviária e a Maria Fumaça.



### **Arquivo e etnografia**

Os arquivos são espaços que armazenam e preservam registros documentais, por meio de ausências, memórias, disputas, sincronias e assincronias constituindo redes de significados por meio dos seus variados suportes desde manuscritos, relatórios, fotografias, notas de campo, gravações e outros materiais que servem como fontes fundamentais para o trabalho antropológico. Esta interface dos documentos com a antropologia, durante algum tempo, esteve vinculada à *antropologia de gabinete* e/ou como ação de prospecção antecedente a ida ao “campo” (SILVA, ARAÚJO, 2018; CUNHA, 2004; CARVALHO, SILVA, 2018). A pesquisa exclusivamente com fontes históricas por meio dos arquivos, parece inusitada, ou menos utilizada, quanto ao aspecto de “estudar o nativo” ou mesmo de realizar o “trabalho de campo” entre o “eu e o outro”, pois são consideradas apenas como fontes primárias que subsidiam a pesquisa como todo, entendida apenas como uma parte da investigação empreendida.

Entretanto, o trabalho de campo nos arquivos acontece principalmente quando a etnografia interpela o método histórico tendo o tempo como categoria indispensável para compreensão dos fatos. Com destaque, a atuação do Clifford Geertz, em sua monografia *Negara: o estado teatro no século XIX*, neste “trabalho de campo a partir da bibliografia”

(GEERTZ,1991, p.18) o autor busca analisar as construções simbólicas que surgiram em um local específico e foram moldadas por diversas circunstâncias históricas, fatores políticos, econômicos e culturais. Ele analisa os rituais, as performances teatrais, as práticas religiosas e as relações de poder que caracterizavam o Negara, destacando a importância da simbologia e da representação na construção da identidade e da governança, em Bali ao longo do século XIX, com ênfase especial na instituição Negara, que representa o Estado-teatro balinês. O objetivo é compreender como essas construções simbólicas foram influenciadas pelas dinâmicas históricas e examinar o papel desempenhado pelo Negara nesse contexto cultural específico.

O autor inicia sua crítica abordando as formas de elaboração da história em geral. Ele destaca que existe uma abordagem periodizante, na qual a história é vista como uma sucessão de períodos definidos por acontecimentos de grande importância. Esses eventos são considerados marcos que representam as principais mudanças em uma civilização.

A história de uma grande civilização pode ser descrita como uma série de grandes acontecimentos, tais como guerras, reinados e revoluções, os quais, quer a tenham ou não moldado, pelo menos marcaram as principais mudanças do seu percurso. (GEERTZ, 1991, p.15)

Neste primeiro gênero de história, momentos que comovem e se destacam na trajetória da coletividade tende a apresentar a história como uma sequência de períodos estanques que, unidades de tempo que se caracterizam por um significado relevante. Esses marcos são fixados no tempo por comunidades que os têm como destaque.

Por outro lado, há também uma abordagem processual, que analisa o desenvolvimento social e cultural em fases gerais. Neste enfoque, são identificadas formas de organização e padrões culturais ao longo do tempo, e a distinção principal é entre pré-requisitos e as consequências dos acontecimentos. Dessa forma, “o âmbito histórico é compreendido como um processo social e cultural contínuo, com poucas rupturas abruptas” (GEERTZ, 1991, p. 16), o que dificulta a identificação do momento exato das mudanças. Entretanto, esta perspectiva de mudança histórica acentua as formas de organização estrutural da comunidade em consonância com a atividade acumulativa dos acontecimentos que podem ser observados ao longo do tempo. O tempo é fundamental em ambas as aproximações, “na primeira é o fio no que se encaixam os acontecimentos específicos, enquanto na segunda é o meio através do qual se movem os processos abstratos” (GEERTZ, 1991, p. 16). Assim, ambos os gêneros históricos são válidos e complementares. Para investigar os arquivos em um contexto temporal mais amplo significa que temos que considerar a cronologia dos eventos registrados nos documentos, identificar

padrões de mudança dos fatos ao longo do tempo e compreender as relações causais entre os acontecimentos históricos, suas marcas e registros documentais.

Para que isso aconteça, faz necessário que o uso de um modelo “conceitualmente rigoroso e que tenha uma base empírica, que possa ser usado para interpretar os fragmentos ambíguos e inevitavelmente dispersos” (GEERTZ, 1991, p. 16). Ao investigar amparado pela categoria tempo e com a etnografia nos arquivos como abordagem metodológica abrangente e crítica, que reconheça as relações de conflito presentes no contexto da pesquisa, organizar os fragmentos que se contradizem durante a trajetória plurivocal do Monumento ao Trabalhador, faz com que essas perspectivas complementares ofereçam possibilidades sobre as práticas culturais e sociais registradas nos documentos. Ao permitir uma compreensão mais profunda do passado e sua relevância para o presente, as relações de poder que permeiam as construções dos monumentos e a interpretação em que a partir deles operam o trabalho de campo.

Em seu artigo *Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo Cunha* (2004), argumenta que a descrição ou interpretação realizada por meio de fontes documentais caracteriza-se como atividade periférica no repertório de trabalho do antropólogo, sendo algo distinto da pesquisa de campo. Assim, “a presença do arquivo na prática antropológica ou está afastada temporalmente daquilo que os antropólogos de fato fazem ou constitui marcadores fronteirizos da antropologia com outras disciplinas” (CUNHA, 2004, p. 293). Ao estabelecer como fronteira com outras áreas a pesquisa em arquivos, tais como a prática dos historiadores, museólogos e arquivistas, nessa intersecção entre as áreas de conhecimento que ocorre a investigação sobre o Monumento ao Trabalhador, pois os registros arquivísticos fornecem evidências simbólicas e sociais das práticas culturais, das crenças, dos sistemas sociais e da produção deles em si. O contexto em que eles são produzidos e para quem são voltados são objeto de estudo da antropologia. Nesse sentido, Cunha comenta que

Diferentes análises e perspectivas em torno do uso e natureza dos arquivos convergem em uma mesma preocupação: é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas — sujeitas à leitura e novas interpretações. (CUNHA, 2004, p. 292)

Mais do que interpretar ou mesmo observar os fatos sociais, compreender os seus contextos de interação com o meio é um ponto de sustentabilidade da antropologia. A partir da prática minuciosa de leitura do registrado e dos vazios presentes nos arquivos, a etnografia destes acontece, ao considerar a autenticidade, a confiabilidade e a conjuntura de produção e de investigação dos documentos. Neste aspecto, Silva e Araújo (2018), argumentam que os

arquivos não se constroem como um produto final de uma série de intervenções técnicas, mas sim como um objeto submetido a um contínuo processo de reflexão sistemática (SILVA, ARAÚJO, 2018, p.55).

A imersão etnográfica nos arquivos revela uma complexa rede de materiais que aponta para a presença de múltiplas temporalidades (CUNHA, 2005, p.25). Essas temporalidades estão representadas em eventos, práticas e estruturas sociais que foram reduzidas a narrativas dentro de um contexto mais amplo do que meramente uma cronologia histórica, através dos critérios de classificação que determinam o que deve ser preservado ou descartado. A compreensão de um determinado acontecimento a partir dos arquivos implica, necessariamente, em um processo de transformação, que converte os arquivos em um território onde algumas verdades podem ser buscadas, enquanto outras são contestadas, desviadas ou até mesmo silenciadas. Esses contextos possibilitam “tornarmos os arquivos como um campo etnográfico” (CUNHA, 2004, p.293)

Nesse sentido, Lopes e Ipiranga (2021), se referem à etnografia de arquivos como um método de pesquisa que envolve a imersão em arquivos históricos para coletar dados e informações sobre determinado fenômeno ou prática social. O contato etnográfico por meio dos arquivos não se limita apenas a visitar uma coleção em uma biblioteca, mas sim, adentrar neles. No caso do Monumento ao Trabalhador os arquivos guardam uma dimensão de contato bastante restrita. Além de dois relatórios que foram produzidos pelo poder público (GOIÂNIA, 2003; IPHAN, 2018) e que o acesso a eles para esta pesquisa aconteceu por meio de sistemas de transparência e tramitação de processos, os demais documentos estão sendo colecionados por mim durante os últimos oito anos. Mesmo, aparentemente, esses sendo “privados” a relação que tenho com eles enquanto campo de pesquisa não se conserva nesta categoria. Não sou dono dos arquivos, eles não são meus, mas com eles atravesso os estudos e organizo memórias e silêncios.

Por consequência é importante reconhecer as limitações do trabalho com os arquivos. No caso, a pesquisa baseada somente em documentos escritos pode ter lacunas e não capturar completamente as experiências e perspectivas das pessoas envolvidas. Nesse sentido, as visualidades podem ser exploradas como uma possibilidade de revisitar o passado e obter uma compreensão mais detalhada da trajetória do Monumento ao Trabalhador. Assim, é necessário partir do próprio arquivo não apenas para compreender os marcos discursivos, contextuais, políticos e organizativos, mas também para questionar nossos próprios marcos epistemológicos.

Durante a pesquisa, tive a iniciativa de organizar e catalogar os arquivos. O contato com as fotos e cartões postais, por exemplo, impressionam nos detalhes em que as imagens apresentam. Os relatórios abordam o Monumento ao Trabalhador em dois contextos. O primeiro como resultado da reivindicação a reconstrução do equipamento cultural (GOIÂNIA, 2003), o segundo detalhando as ruínas que emergiram da terra durante a obra de restauro e manutenção da antiga Estação Ferroviária de Goiânia (IPHAN, 2018). Os recortes de jornais e reportagens a partir de 2015 adotam um tom de curiosidade sobre o que não está mais presente na praça.

Os periódicos mais antigos, em geral, referem-se ao Monumento de forma tangencial, mencionando outros aspectos da região ou da praça sem abordar diretamente o Monumento. Lopes e Ipiranga (2021), apontam que o comportamento dos arquivos reflete os contextos em que foram produzidos e que são interpretados articulando-se um movimento ao outro em rede de significados que é, de certa forma, montada durante a pesquisa, por isso,

Os arquivos se comportam como redes que refletem, além de estruturas de poder, modos de ação e legitimação que fazem sentido em um determinado contexto. Dessa forma, a compreensão do material arquivado muitas vezes se apresenta de forma entrelaçada, o que exige de nós pesquisadores um olhar acurado na compreensão do significado polifônico e contingencial de cada material. (LOPES e IPIRANGA, 2021, p.44).

Sintonizar o olhar para adentrar aos arquivos exige um esforço de complementar as narrativas por meio dos fragmentos dos arquivos e de leituras de conjuntura sobre cada artefato. Durante a investigação, por vários momentos ao me deparar na organização dos dados me pergunto: “o que o autor desse texto realmente gostaria de transmitir como mensagem? Quais as suas reais intenções?” Talvez por isso os modos de produção e concepção dos documentos faz com que na etnografia de arquivos, a interlocução com os atores aconteça de forma indireta ao acessar o conjunto arquivístico e, nesse sentido, “os sujeitos da pesquisa são construídos na medida em que vamos nos aprofundando no diálogo com os documentos” (LOPES e IPIRANGA, 2021, p.42). Por isso a vida que é dada aos arquivos acontece pelo contato com as pessoas. Diferentes circunstâncias fizeram os arquivos sobre o Monumento ao Trabalhador chegar até mim. O contato dos arquivos que coleciono enfatiza a importância de explicar a presença, ausência e desvios de evidências identificadas neles. Nisso resulta o contato etnográfico com os documentos essa busca por apresentar o que está presente nos pretextos. Esse contato não acontece de forma pacífica e, ao que parece, a pesquisa com arquivos nunca o são.

Durante a sua pesquisa em Maputo, capital de Moçambique, a antropóloga Bruna Triana compartilha sua experiência de pesquisa em arquivos pós-coloniais, analisando os procedimentos metodológicos desenvolvidos e problematizando as implicações dessas táticas de pesquisa. No seu artigo *Desafios metodológicos para uma etnografia de arquivos: escavando arquivos pós-coloniais em Moçambique* a autora apresenta que o campo de pesquisa arquivístico existe como espaço vivo e dinâmico de contestação e disputa ao destacar que “os arquivos não são apenas locais de armazenamento de informações, mas também espaços de questionamentos e disputas constantes” (TRIANA, 2022, p. 391). A autora enfatiza que o arquivo é um campo de batalha, um espaço de contestação, e que seu destino final está sempre situado fora de sua materialidade, na história que ele possibilita.

Além disso, ressalta que novos materiais passam a habitar o arquivo para contestar, disputar e tensionar os materiais já existentes, transformando o arquivo ao longo de diferentes contextos. Portanto, o arquivo é um espaço onde diferentes interesses de poder e imaginação política se entrelaçam, tornando-o um lugar de disputa e transformação constante.

Dessa forma, podemos pensar como o arquivo se transforma ao longo de diferentes contextos e como mudanças e disputas, em documentos, imprimem outro contorno a novos e velhos locais, a atas e documentos, a memórias e imaginários. (TRIANA, 2022, p. 393)

Refletir sobre a transformação do arquivo ao longo de diferentes contextos e como as mudanças e disputas registradas nos documentos imprimem novos contornos passa a ser determinante, ao nos interpelarmos com eles. Nesse processo, o arquivo deixa de ser apenas um repositório de informações estáticas e se torna um espaço dinâmico onde se entrelaçam narrativas diversas, perspectivas conflitantes e representações em constante mutação.

À medida que os eventos históricos se desdobram e as relações de poder se reconfiguram, os documentos arquivados ganham novos significados e interpretações. Eles são marcados por disputas de memória, lutas por reconhecimento e processos de ressignificação. Assim, o arquivo se torna um campo de negociações, onde diferentes atores sociais buscam dar voz às suas narrativas, preservar ou contestar determinadas versões dos acontecimentos e construir novas compreensões sobre o tempo-espaço.

Essa dinâmica do arquivo revela a sua natureza fluida e a sua capacidade de refletir as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorrem ao longo do tempo. Ao explorar as transformações presentes nos documentos arquivados, somos confrontados com a complexidade e a multiplicidade de discursos que permeiam as histórias registradas. Cada

documento se torna uma parte de uma rede de significados mais ampla (LOPES e IPIRANGA, 2021, p.44), possibilitando reconstruir narrativas mais inclusivas e contextualizadas, que levam em conta as vozes e perspectivas antes negligenciadas.

Portanto, compreender a transformação dos arquivos e como os documentos registram e refletem mudanças e disputas é fundamental para uma abordagem crítica e contextualizada da pesquisa etnográfica. Ao acessar esse universo de registros, memórias e imaginários, podemos acessar camadas mais profundas, revelando as contradições, os conflitos e as transformações que moldam as narrativas coletivas e individuais.

Em outro artigo, fruto da mesma pesquisa a autora explora por meio da imaginação histórica pensar o arquivo como cidade e a cidade como arquivo. Ao explorar a relação entre o arquivo e a cidade, usando as imagens conceituais de vestígios, detritos e decadência, inicia-se uma abordagem “afetiva e epistemológica” (TRIANA, 2022, p.3) da pesquisa-caminhada revela as tensões, lacunas e ambiguidades dentro dos arquivos institucionais e urbanos. Por meio de um “olhar-duplicado” (TRIANA, 2022, p.3), perspectiva na qual envolve a observação e análise simultânea de dois elementos ou espaços diferentes, neste caso, o arquivo e a cidade, a autora busca estabelecer conexões e relações entre esses dois contextos, explorando como eles se influenciam mutuamente. No contexto em Maputo, Moçambique, com o olhar duplicado passa a examinar as tensões entre a cidade arquivada, representada pelos documentos e registros históricos, e a cidade atual, com suas transformações e realidades contemporâneas.

Na cidade, tal como no arquivo, não se trata simplesmente de “entrar” nos locais, andar pelas ruas ou abrir pastas de documentos empoeirados: é preciso observar vestígios que ali perduram, reconhecer e compreender seus movimentos, afetos e desejos, permanecer sempre atenta aos ruídos que a “história oficial” tentou abafar, mas que são despertados pelo trabalho de arquivo e de memória. (TRIANA, 2022, p.6)

Na relação entre cidade e arquivo, não se trata apenas de acessar os espaços, transitar pelas ruas ou explorar documentos, mas, sim, observar os vestígios para reconhecer e compreender seus movimentos, afetos e desejos. Nessa perspectiva, a cidade se revela como um palimpsesto, um pergaminho que quando apagado o que estava inscrito nele se reescreve onde diferentes camadas de tempos, histórias e experiências se sobrepõem. Cada rua, cada praça, cada esquina carrega consigo narrativas entrelaçadas, ocultações e ressignificações. Para além das fachadas e das narrativas dominantes, desvendar as vozes silenciadas, os fragmentos esquecidos e os rastros deixados pelas lutas, resistências e desejos que moldam a vida urbana.

O trabalho de arquivo e memória desempenha um papel fundamental nesse processo de reconhecimento e resgate. Através da pesquisa minuciosa, da escuta atenta e da leitura crítica dos documentos e vestígios urbanos, revelamos histórias não contadas. A partir do olhar duplicado entre a cidade e o arquivo se entrelaçam em uma complexa teia de significados e interpretações. Ao observar e escutar com atenção, podemos desvendar as memórias esquecidas, revelar os silêncios impostos e trazer à tona as vozes que ecoam nas entrelinhas urbanas e nos documentos. Assim, o trabalho de arquivo e memória se torna fundamental na construção de uma visão ampla e crítica na relação tempo-espaço.

Portanto, o arquivo como campo de pesquisa é fonte de experiências que em contato com as pessoas passa a compor o repertório do dado apresentado e a imaginação de quem interage com ele. Esse contato, possibilita relacionamento mais profícuo quando é integrado em rede com outros documentos, apesar da limitação dos arquivos escritos as imagens fotográficas e vídeos complementam as eventuais limitações da etnografia nos arquivos. Em caso específico, o registro do Monumento ao Trabalhador na cidade de Goiânia ainda existe na urbe. Ou seja, por meio do “olhar-duplicado” o arquivo-cidade mostra camadas das tentativas de apagamento do Monumento, ao integrar vestígios da pesquisa.



### **Capítulo 3 – Interpelando as ruínas do Monumento ao Trabalhador**

O capítulo que se inicia tem como propósito aprofundar-se nos intricados caminhos dos rastros, ruínas e que compõem a história e a trajetória do Monumento ao Trabalhador assim como a imaginação histórica passa a ser uma categoria determinante para melhor analisar e observar os elementos que compõem a biografia do Monumento ao Trabalhador, sua dimensionalidade após aparecimento das ruínas em 2018 e como ressoa seus rastros pela paisagem goianiense. Ao dedicar uma análise minuciosa a esses vestígios, o soterramento ao Monumento é um ponto crucial. Também esse capítulo tem como objetivo primordial lançar luz sobre as suas ressonâncias que reverberam nos arquivos. Esta investigação visa não apenas revelar as camadas do passado, mas também compreender as implicações presentes desses rastros e ruínas na tessitura atual.

Desvelando as marcas que o tempo deixou, a intenção é construir uma narrativa que transcenda a simples lembrança, adentrando as complexas relações entre as transformações urbanas que moldaram o destino do monumento. Ao se debruçar sobre os rastros busca-se interpretar não apenas a construção física do monumento, mas também as narrativas subjacentes que o acompanham ao longo das décadas. Esses rastros não são meramente vestígios materiais; são também registros de vivências, ideologias e conflitos, são os restos que marcaram diferentes épocas, que permanecem como ressoantes.

Foto 24 - Lugar onde estava instalado o Monumento ao Trabalhador. Foto após o restauro da antiga Estação Ferroviária de Goiânia.



### **Imaginação histórica a partir das ruínas**

O que é “monumentável” para uma época e que posteriormente torna-se perseguido e destruído em outra e, logo esquecido para as demais? “Como conciliar os momentos de reconhecimento com a perda que eles implicam? Transformando os silêncios de histórias em objetos de narrativas?” (DEBARY, 2017, p. 87)

Eu sou filho de trabalhadores e, a imagem do trabalhador que atravessa minha infância de várias formas. A figura do meu pai, de um trabalhador-construtor, daquele que coloca um tijolo em cima do outro e constrói abrigos. O monumento estudado ressalta um tempo em que o trabalhador era necessário para a cidade, tão necessário que essa classe se torna representada por um monumento, assim, Monumento ao Trabalhador, nos lembra que já não é mais só sobre José Lopes, meu pai, um trabalhador e colecionador de ferramentas, mas é sobre todo aquele que construiu, que constrói ao passo que legitima o desejo daquele que deseja construir no futuro.

Os documentos nos mostram que houve um tempo em que o Monumento ao Trabalhador foi um ressoante maior que um bandeirante, mas ao mesmo tempo a paisagem atual da cidade nos mostra que esse tempo não existe mais. Segue-se a mentira das três raças, o louvor aos invasores e o concreto em cima do trabalhador. Com a destruição do Monumento, os documentos se tornaram o seu local de ressonância, deles me aproximo para encontrar o colecionador de ferramentas, o José Lopes, mas também para encontrar a sua eternidade, as suas construções.

Ao ingressar na universidade, sempre me questionei sobre as placas nos prédios com os nomes de quem em época ocupava os cargos, mas nunca li o nome de um José Lopes, ao passo que sei que, dificilmente, os nomes colocados ali, possuiriam uma ferramenta em suas casas capazes de construir o prédio ao qual está essa placa monumental com seus nomes. Mas, ao colecionador de ferramentas não é dado o direito, assim como em sequência não é o direito do seu filho, reconhecer o nome do pai, do construtor. Ao ingressar a universidade, ficou bem claro o lugar dos meus, ao chegar em Goiânia também.

Eu, agora, imerso a tantos questionamentos, a uma escrita que me trava, que me embarga, que não é digerida, procurando dados, eu posso fechar os olhos e ver imaginar o Monumento ao Bandeirante, mas como fechar os olhos e imaginar o monumento ao trabalhador? Precisei me tornar um imaginador histórico em busca de rastros longe de toda a gente e de seus esquecimentos, porque a gente é esquecida é também ensinado esquecer-se. Nesse grande museu aberto chamado cidade, a curadoria segue cuidadosamente selecionando as mensagens passadas, exaltando algumas presenças e concretando outras.

Fechando os olhos não consigo ver o Monumento ao Trabalhador, a sua presença não é uma imagem que posso buscar em minha memória. Mas, fechando os olhos eu posso ver os restos, eu vi a terra aberta com as ruínas, eu abaixei e toquei ladrilhos, existe uma lágrima caída as escondidas que se somam a restos concretados e uma placa, que não traz o nome de quem fez a massa para o concreto dando a esse, pelo menos nessa construção o direito a inocência e ao esquecimento, mas que revela uma restauração seletiva, um patrimônio histórico em meias verdades.

Um espaço-monumento que também reunia corpos em luta por direitos, em celebração de seus fazeres e sua existência. A mudança na paisagem, elegeu os ressoantes, mas inspiraram um colecionador de rastros. Por meio deles, os rastros, falar dessas diversas realidades vividas em torno da presença do monumento, e das realidades que emergem em torno dos documentos

que dizem sobre o Monumento ao Trabalhador e como a sua ausência ressoa em pesquisas, assim como também a sua ausência ressoa tentativas de uma nova existência.

Essas realidades, imagens no cartão postal, notícias de jornal com trabalhadores reunidos, provam que existiram outras histórias entrelaçadas a sua presença, mas que hoje não existem mais. Mas, esses documentos também, mesmo após essas realidades não existirem mais, provam as suas ressonâncias, nos trazendo a possibilidade de imaginação histórica, mas principalmente de imaginação de suas ressonâncias. E essas imagens documentais, não são como quadros em museus a representar imagens de um passado, mas sua existência questiona, questiona ausências, questiona restaurações, questiona um futuro em que os monumentos presentes ressoam invasões.

Aqui podemos afirmar que a destruição do monumento ao trabalhador, traz para a paisagem goianiense uma adequação a paisagem goiana, brasileira, Latino-americana, Mundial – e, mundial no sentido de uma paisagem Globalizada – essa história comum, esse grito da dualidade entre o colonizado e o colonizador, as três raças e a ausência do trabalhador.

Justamente porque o trabalhador foi invisibilizado é que foi possível a destruição do monumento, e porque ele permanece invisibilizado que não é possível a reconstrução do monumento. Não é sobre o monumento é sobre José Lopes e o que ele representa para o mundo. Jean e John Comaroff, professores do Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, em seu texto *Etnografia e imaginação histórica*, diz que nós antropólogos:

[...]investimos nossos próprios esforços em preservar zonas de “tradição”, em enfatizar a reprodução social ao invés da mudança aleatória, a cosmologia ao invés do caos (Asad, 1973; Taussig, 1987). Permanecemos covardes mesmo quando expomos nossas ilhas etnográficas às contracorrentes da história. Ainda separamos comunidades locais de sistemas globais, a descrição densa de culturas particulares da narrativa rala dos eventos mundiais (COMAROFF, J&J, 2010, p. 6).

Mas, o que dizer quando não é sobre o que eu separei, e sim sobre como eu fui separado? Diante dos documentos e das ruínas eu reflito, escrevo e já reescrevi tantas vezes caminhos, ora mais ora menos antropológicos, mais sempre caminhos, na busca preencher vazios.

Precisamos da Etnografia para conhecermos a nós mesmos, assim como temos necessidade da história para conhecer os outros não-ocidentais. Porque a etnografia serve, ao mesmo tempo, para tornar estranho o que é familiar e familiar o que é estranho, e ainda para compreender ambos (COMAROFF, J&J, 2010, p. 8)

Poderia acrescentar que se a Etnografia pode nos servir para nos conhecer e a Etnografia do Arquivo nos dá direito a ter uma história. Em especial para mim, a Etnografia do Arquivo me dá a oportunidade construir um monumento. Se existiu um tempo em que os trabalhadores-

construtores precisaram derrubar árvores e avançar diante do desconhecido, hoje o trabalhador-antropólogo precisa quebrar concretos e acreditar que de baixo deles não existe apenas terra, ruínas são rastros e precisamos persegui-los.

A imagem do trabalhador, a essa não é permitida a sua composição na cidade patrimonial e histórica, porém o seu trabalho sim. Vamos retirar da paisagem-história goiana tudo aquilo que foi construído por um trabalhador, e sem dúvidas chegamos ao caos. Retiramos da paisagem goiana a checada do bandeirante, me parece aqui a possibilidade de um paraíso perdido. Nós sabemos o nome de quem foi dono da construção patrimonial e seus usos, mas nunca de quem a construiu.

Na paisagem-corpos da cidade estão os corpos-ressoantes das ruínas do Monumento do Trabalhador, corpos-ruínas dividindo o mesmo território de corpos que permanecem a ressoar prática da invasão, ainda em território goiano invasões de terras e corpos acontecem como rotina, e como se não pudessem ser de outra forma. Monumentos e ruínas continuam a ressoar, um arquivo aberto para compreender os lugares dos corpos e dos monumentos e como a eles é dado o direito de ocupar a cidade.

Os monumentos, assim como as imagens sacras possuem o poder de nos conectar com tempos permanentes, assim como essa conexão faz com que esses mesmos tempos permaneçam imutáveis, os permitindo apenas restaurações. De alguma forma, é preciso parar de subestimar a força de um monumento, ele e os corpos estão profundamente ligados e ressoam a todo momento suas estruturas.

Ao me perceber ressoando ruínas o encontro com os arquivos, a academia e a cidade me deram apesar de tudo a possibilidade de construir textos-arquivos-monumentos que espero que possam ressoar outros tempos. Me permitem de alguma forma, entrar em contado com outro tempo, onde monumentos e trabalhadores ressoavam outros futuros.

As ruínas e como estão nesse momento, revelam que “O modelo do armazenamento pressupõe não apenas um passado a ser recordado, mas também um sujeito coletivo que recorda.” (BEIGUELMAN, 2019p. 42) Quem é esse sujeito coletivo que recorda? Recordar é também se relacionar, a memória precisa de suportes também materiais, monumentais, museológicos, patrimoniais... Como recordar está diretamente ligado ao como foi armazenada, cuidada, preservada essa memória, muito nos uma restauração em partes, o que pode ser concretado e o que não pode ser concretado? Não precisou está nos manuais de Educação

Patrimonial do IPHAN, mas sim impossibilitar uma coletividade de se recordar de si, concretar até as ruínas do que poderia evocar as suas memórias.

O entendimento das ruínas (QUATREMÈRE, 2003) como elementos simbólicos e concretos propõe uma abordagem que transcende o mero olhar histórico. Vale destacar que o uso por ruína no seu sentido ordinário (ruínas) acontece pois “usa-se essa palavra no plural para exprimir o estado de destruição consumado” (QUATREMÈRE, 2003, p. 112). São ruínas prédios e monumentos que o seu uso primeiro perdeu efeito e sua destruição é determinada pela permanência dos vestígios materiais, do qual “restam ou fragmentos consideráveis ou materiais esparsos” (QUATREMÈRE, 2003, p. 113). Assim, “trata-se sobretudo de restos numerosos de monumentos, quando se fala desses grandes destroços de cidades antigas dos quais o tempo não pôde ainda apagar os vestígios, dir-se-á as ruínas” (QUATREMÈRE, 2003, p. 113).

A ruínas abertas do Monumento ao Trabalhador poderiam nos convidar a adentrar uma esfera que considera a memória como um fenômeno dinâmico, moldado por interações constantes entre passado e presente. As ruínas evocam a memória do Monumento ao Trabalhador e poderíamos assim explorar as suas ressonâncias (GONÇALVES, 2007), buscar, portanto, não apenas entender seu papel na história, mas também desvendar sua influência contínua na construção do tecido social da cidade. No entanto, o soterramento com concreto das ruínas do Monumento ao Trabalhador foi feito as pressas, com a justificativa de que a obra de restauro da antiga Estação Ferroviária de Goiânia, precisava ser entregue (Foto 24).

Na dualidade entre revelar ou não em estado permanente as ruínas do Monumento ao Trabalhador, que naquele contexto, em 2018, era uma obra que acontecia sobre a agência do Estado, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Como um sinal ao esquecimento definitivo, a concretagem é o caminho escolhido como se ali o passado fosse enterrado. Mas não o foi, pois “Se por um lado construímos intencionalmente o passado, este, por sua vez, incontrolavelmente se insinua, à nossa inteira revelia, em nossas práticas e representações” (GONÇALVES, 2007, p. 214) essa insinuação do passado do Monumento ao Trabalhador acontece por meio dos seus rastros presentes na cidade, nos arquivos e nos objetos que ressoam a experiência do monumento; práticas e representações presentes no circuito de manifestações trabalhistas e de festas que ainda acontecem no 1º de maio em Goiânia.

O poder da ressonância do Monumento ao Trabalhador atinge lugares para além das suas fronteiras geográfica ou arquitetônicas. Sua dimensão simbólica e, principalmente, seus

rastros no espaço urbano. Em diálogo com o historiador Stephen Greenblatt, Gonçalves define por ressonância como um

[...] poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GONÇALVES, 2007, p.215).

A representação do trabalhador enquanto classe em um Monumento em uma das principais praças da capital, faz com que o seu aceite, a sua condição de legitimidade logo seja afeta pelo envolvimento das pessoas que passam a acessar e se encontrar nesse sítio. Assim, “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público” (GONÇALVES, 2007, p. 216). Ele emerge como “força cultural complexa” nesse momento em que atinge um aspecto mais amplo do que a inscrição em si no espaço urbano, aspecto esse direcionado ao público que o acessa.

A estrutura da colonização interna e sua presença seletiva nos ensina a viver e discutir sobre o que é visto, mesmo que para dizer contra existirão muitos textos a trazer a presença do invasor, mas falar sobre o que foi esquecido, ou que decidiram esquecer é preciso muita imaginação histórica e trabalhar a partir de uma liberdade ainda não realmente praticável.

Hannah Arendt, em seu livro *Liberdade para ser Livre*, nos conta que pessoas desejavam a liberdade, tinha por ela uma paixão:

Antes das revoluções, esses homens nos dois lados do Atlântico eram chamados de *hommes de lettres* e é típico deles passarem seu tempo de lazer “vasculhando os arquivos da Antiguidade”, ou seja, voltando-se para a história romana, não porque estivessem romanticamente enamorados pelo passado como tal, mas com o propósito de recuperar as lições políticas, tanto espirituais quanto institucionais, que tinham sido perdidas ou em parte esquecidas durante os séculos de uma tradição estritamente cristã. (ARENDR, 2018, p. 28)

Assim, os documentos, os rastros e os vestígios do Monumento ao Trabalhador, são arquivos que podem ressoar visibilidade, questionar ausências e esquecimentos. Não apenas do monumento em si, mas de uma coletividade. Hoje é possível discutir, pros e contras de monumentos erguidos em homenagem a colonizadores, porém o fato é que continuamos a falar sobre eles. Mas, como discutir sobre os prós e contras do monumento ao trabalhador, refletir se ele ainda reverbera com o nosso contexto atual de pensamento? Aqui, precisamos falar não só sobre o que aconteceu, mas porque não nos deram a liberdade de pensar sobre o monumento,

nos foi retirado o direito até mesmo de conviver com as ruínas. Por que hoje adolescentes e crianças não podem mais o ver e falar sobre o quanto é desatualizado ou não os seus ladrilhos?

O Monumento ao Trabalhador foi um arquivo que assim como descreve Arendt, foi observado, visitado e encontrado pelos trabalhadores em seu momento de lazer, evocava uma coletividade local. Ao passo que os lembrava que não estavam sozinhos no mundo, havia mais trabalhadores como aqueles que estavam ali, estes por sua vez estavam em estado de luta. O que ressoava esse monumento-documento que estava a ser investigado, a ser assunto e espaço sobre trabalhadores que não condizia com a História? Em uma história baseada em dualidades o trabalhador nunca foi nem um nem outro, e na história sempre coube no máximo dois lados, sendo deles a servir como figurante a história do outro. Assim, o monumento-documento foi gradualmente destruído em etapas, pois ressoava um protagonismo a uma coletividade ausente na história, na sociedade, ele era um objeto que não harmonizada com os interesses da paisagem museológica mundial. Como afirma Jean e John Comaroff:

[...] muitos dos conceitos aos quais recorremos para descrever a vida moderna – modelos estatísticos, escolha racional e teoria dos jogos, até mesmo os logocêntricos estudos de caso, história dos eventos e narrativas biográficas – são instrumentos daquilo que Bourdieu (1977:97 p.), num outro contexto, chamou de “ilusão sinóptica”. Eles são nossa própria cosmologia racionalizadora posando de ciência, nossa cultura desfilando como causalidade histórica. (COMAROFF,2010, p. 8)

Essas estruturas que de todos os lados nos dizem o que lembrar, o que esquecer, o que restaurar, o que concretar, aquilo que vai ser valorizado ou não. Como uma universidade abarrotada de filhos de trabalhadores, deixa claro que o trabalho a ser lembrado é daquele que estava em determinado cargo durante a construção de um prédio e não daquele que construiu o prédio, não é sobre dizer qual trabalho é melhor ou pior, mas deixa claro a quem quer que seja, que se deseja ser visto que tipo de trabalho necessita buscar, que cargos ocupar. Assim, filhos de trabalhadores construtores ingressam a universidade com o objetivo de não pertencer a essa coletividade, os seus desaparecem nas placas de inauguração, o seu suor assim como as ruínas do monumento são concretados. Essa estrutura de esquecimento ao trabalhador presente nas universidades, está em todos os lugares, nos espaços de convivência, nas instituições em defesa dos patrimônios selecionados, nos espaços governamentais. Quem construiu Brasília? - JK? Quem construiu Goiânia? - Um bandeirante? -Três raças? Não sabemos o nome dos trabalhadores que limpam o prédio do importante lugar em que refletimos. Não conhecemos seus rostos, seus sorrisos, não sabemos nomes, a memória parece cada vez mais encurtada e não nos permite lembrar o nome de todos, então ela escolhe uns nomes em detrimento de outros,

umas histórias e não tantas outras, alguns monumentos que poderão ser questionados e a outros não darão o direito de sua existência, ao passo que não dá direito a existência daquele representado por ele. Mas, um monumento-documento, mesmo destruído deixa rastros.

Alguns rastros da existência do Monumento ao Trabalhador aparecem em documentos, arquivos, fotos, pinturas e relatórios institucionais. Ressonâncias de sua imagem ainda dialogam, de forma tímida com outros espaços na cidade, como pode ser observado no quadro presente na Câmara de Vereadores de Goiânia.

Foto 25 - Quadro presente na Câmara de Vereadores de Goiânia. Ao fundo da Maria Fumaça o Monumento ao Trabalhador representado em pintura.

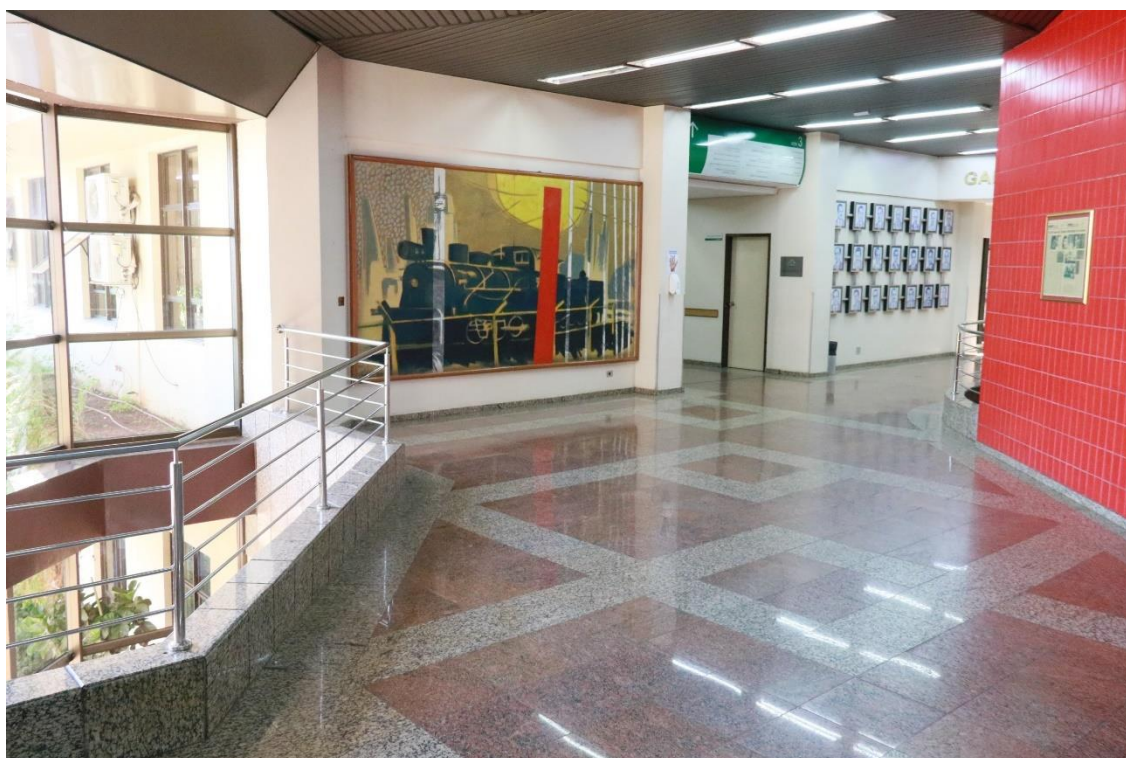
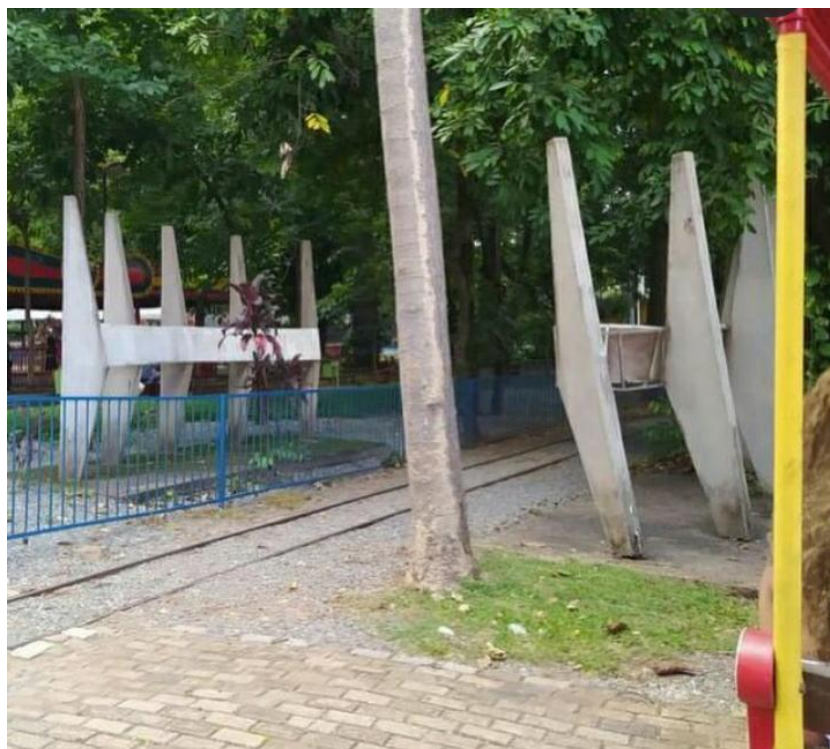


Foto 26 - Detalhe do quadro presente na Câmara de Vereadores de Goiânia. Ao fundo da Maria Fumaça o Monumento ao Trabalhador representado em pintura.



Também encontramos vestígios de sua existência, no Parque Mutirama, onde foi construído réplicas dos cavaletes do monumento, como podemos apreciar na imagem a seguir.

Foto 26 - Réplica dos cavaletes do Monumento ao Trabalhador construídos no Parque Mutirama em Goiânia.



Outra ressonância do Monumento ao Trabalhador aparece em outubro de 2021 quando Goiânia completava 88 anos. Reportagem do Jornal Opção pauta a construção em maquete de lugares da capital. Realizada pelo arquiteto e ferromodelista Nicolau Calil Musse, de 77 anos este recria lugares em Goiânia e reproduz a Antiga Estação Ferroviária. Na Foto 27, é possível observar o arquiteto e a antiga estação ferroviária, a reportagem destaca que:

Atualmente, o arquiteto é aposentado e apaixonado por maquetes, tem como hobby o Ferromodelismo, onde recria, há cinco anos, em uma maquete no seu ateliê, suas lembranças dos tempos de criança com as locomotivas e estradas de ferro. (OLIVEIRA, 2021)

À frente, no primeiro plano da foto é possível notar a reprodução do Monumento ao Trabalhador com os painéis na parte interior dos cavaletes. Presente na memória da infância do ferromodelista, o Monumento é externalizado na maquete que possui movimentos reais de trens e que é a sua paixão pela cidade materializada.

Foto 27 - Maquete em homenagem aos 88 anos de Goiânia | Foto: Divulgação



O mais emblemático rastro, saiu da terra, com o surgimento da base do Monumento ao serem removidas as palmeiras-imperiais. Esse nos revela as ruínas, os restos, tema que nos

debruçaremos nesse texto a seguir, pois “os restos falam sobre uso do tempo” (DEBARY, 2017, p. 112).

Foto 28 - Ruína do Monumento ao Trabalhador a mostra após retiradas das Palmeiras Imperiais durante a revitalização do entorno da antiga Estação Ferroviária de Goiânia em 2018.



### **Restos e rastros**

Há um rastro sobre a importância do Monumento ao Trabalhador que causa um destaque relevante pois ele aparece no documento central para a vida institucional e política do município de Goiânia. Descrito nas Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de Goiânia, o seu artigo 10 traz:

**Art. 10 - O Poder Executivo fica autorizado a adotar todos os procedimentos necessários à reconstrução do Painei/Monumento da Praça dos Trabalhadores**, do antigo coreto da Praça Joaquim Lúcio, em Campinas e do prédio "Castelinho" no Lago das Rosas. (Goiânia, 2012) (grifo nosso)

Ao tipificar como lei que a prefeitura de Goiânia tenha autorização para reconstruir o “Monumento da Praça dos Trabalhadores”, penso sobre o quão é recente o debate sobre a reconstrução de monumentos destruídos, suprimidos e ou realocados na rotina urbana. Em seu livro Políticas do Esquecimento: Memória da Amnésia Gisele Beiguelman no qual “...procura tensionar os sistemas de memória da cidade” (BEIGUELMAN, 2019, p. 86) mapeia os

monumentos da cidade de São Paulo que foram mudados de locais por motivações ideológicas e/ou por obras de grande porte, como construção de pontes, viadutos, prédios, ruas e avenida.

Ao se deparar que parte desses monumentos retirados de seu lugar de origem, encontram-se em depósitos do poder público local, a categoria de monumento-documento é alcançada. Esse entendimento, se dá, principalmente, pois as obras são arquivadas e passam a compor arquivo público da cidade. Ao se deparar com monumentos que foram criados para ficarem na vertical, ou seja, em pé e que no depósito da prefeitura estavam na horizontal, deitados, a autora designa que os Monumentos

Prostrados no silêncio dos arquivos, confrontavam a produção social de sua invisibilidade, questionando as políticas públicas de preservação, a partir do campo da criação artística. Assumir esse ponto de vista, e não o da conservação patrimonial, permitia pensar as políticas do esquecimento. Na horizontal, imponderáveis, aqueles fragmentos nômades convertiam-se em documentos para serem revividos como monumentos da memória da nossa amnésia. (BEIGUELMAN, 2019, p. 87)

Em posição tombada seria esses monumentos contra-monumentos? Com isso, não consigo não recorrer ao estabelecido no artigo já citado da Lei Orgânica de Goiânia, com uma pergunta: reinscrever o Monumento ao Trabalhador no seu solo de origem é inaugurar um contra-monumento? Não reconhecer as ruínas, os rastros do monumento do e reconstruir esse “novo” Monumento ao Trabalhador, daria direito a ele o direito a uma nova biografia ou seria refém da biografia do monumento anterior?

Octave Debary, em seu livro *Antropologia dos Restos*, da lixeira o museu reflete: “As Ciências Humanas transformam as pessoas em “objetos” seguindo a tese de Durkheim, que convida a tratar “os fatos sociais como coisas” (1990:15) (DEBARY, 2017, p. 13), a pessoa “coisificada” só pode construir coisas, e coisas por serem coisas podem ser destruídas e reconstruídas a partir de seus interesses. Os arquivos, “descoidificam” o monumento, dá a ele o direito a uma biografia e conseqüentemente dá as ruínas o direito de ser como são.

As ruínas possuem uma narrativa, suscita investigações constantes para responder porquê? Se a essas não é dado o direito de serem vistas, talvez os corpos ressoantes nesse território não queiram lidar com sua história, estão tentando construir o novo, ressoar o invasor com corpos invadidos. Por que não “No meio das ruínas [...] Retornar a palavra a partir do que resta”? (DEBARY, 2017, p. 22)

As ruínas surgem e nos lembram que algo foi, ela é um fragmento, um resto, carrega em si a história do que foi e do que é ao passo que o concreto apresenta uma impossibilidade de

futuro relacional consciente entre as “coisas” humanas ou não. Para ter direito ao reencontro parece que precisará além do desterro ser outra “coisa”.

A beleza do resíduo transformado está em buscar o afastamento da morte, mas a reciclagem patrimonial está na base de uma economia (um compartilhamento de riquezas) destinada a ser um compartilhamento de resto de riqueza, uma arte de acomodar os restos. Mas os restos não devem ser confundidos com qualquer coisa. (DEBARY, 2017, p. 36)

Como dar conta dos restos? Sobre os restos também não deixaram decidir sobre. Existe uma representatividade maior, patrimonial que em diálogo mundial a falar sobre a humanidade e seus restos, a decidir com que restos podemos dialogar. Porque as ruínas do Monumento ao Trabalhador são distintas das ruínas do Império Romano, existem restos e restos em território humano.

Com a pretensão de combater o esquecimento, a postura patrimonial e museal repousa sobre essa gestão dos restos. Nos moldes de uma disciplina ecológica que classifica, seleciona e recicla, o dever de memória recusa abandonar-se à liturgia sacrificial dos restos da história [...] nos quais existem compartilhamentos e graus de conservação (DEBARY, 2017, p. 85)

Como a mim não é dado o direito de reconstruir a partir das ruínas, porque os restos possuem donos, e os donos dos restos são restos estruturais de uma organização em defesa dos restos de alguns. Me agarro a arquivos e a partir deles, esse texto-bricolagem se constrói, ora em reflexão ora em descrição dura, porque tive a covardia antropológica de não conseguir perceber e/ou acreditar nas palavras que ouvi, que me diziam os arquivos além das escritas.

A lógica da fabricação de bricolagem repousa sobre um ato de decomposição, torna-se uma parte dos materiais da fábrica para compor um novo objeto. A bricolagem significa tanto uma separação quanto uma continuidade, expressa uma ligação com o trabalho sob a forma de um objeto fabricado. O objeto da bricolagem pode também ser considerado como um objeto de memória, levando lembranças (souvenires) da fábrica para casa (DEBARY, 2017, p. 36)

O presente texto, essa bricolagem de arquivos, sai de casa, do lugar onde se decompõem a cada dia. Se transformaram para compor esse novo objeto-dissertação. Se separa dos arquivos guardados, quando depois de ter sido construído ao lado deles e com eles, na esperança de que assim possam viver um pouco mais, ressoar um pouco mais e serem provas de que vazios são sempre habitados pelos fantasmas dos restos.

Como afirma Debary o resíduo é transformado na busca do afastamento da morte, de alguma forma esses arquivos colecionados, assim como as ferramentas do colecionador José Lopes já não existirão em breve. Ninguém pode garantir a existência nem no meu arquivo particular e parece que fora dele os outros arquivos sobre o Monumento ao Trabalhador ainda

correm mais riscos em sua efemeridade. Em nossa estrutura vigente rastros são apagados pelos cuidadores de restos.

Esse objeto texto, a coisa antropólogo que sou, para garantir que sua coleção não seja concretada fez dela uma bricolagem de arquivos, uma reunião de coisas que podem falar de outras formas, sobre outras coisas porque se tornaram outro documento a ser arquivado. Na esperança de que “O objeto resultante da bricolagem é um resto um resíduo ao qual se confere vida” (DEBARY, 2017, p. 36). E vida está diretamente ligada ao direito de ter uma biografia, possuir uma narrativa.

As histórias e os silêncios se inscrevem umas sobre as outras, assim como a memória também é feita de esquecimentos, as ruínas fazem com que o monumento deixe de ser algo que existiu para ser um resto. As ressonâncias dos restos, evocam não apenas o monumento, mas o que aconteceu com ele, porque aconteceu e principalmente o que acontece, ao monumento e, também a coletividade representada por ele.

## Considerações Finais

A Etnografia dos Arquivos me inspira a uma imaginação histórica, a contar a partir dos restos, rastro e das ruínas a biografia do Monumento ao Trabalhador. Carrego a sina de ser construtor, e com minha coleção de ferramentas-arquivos construí esse texto, que pretende ser abrigo para uma memória sobre o Monumento ao Trabalhador, porque esse apesar de trazer apenas o nome de quem o pensou e não o nome de quem o construiu, enquanto existiu serviu para ressoar a presença dos meus.

O paradoxo da monumentalidade é intrínseco ao Monumento. Sua morfologia direciona a contradições e deve ser analisado a partir desse prisma, do antagonismo, das relações de poder e de suas camadas materiais e simbólicos. O seu tamanho físico destoava dos demais monumentos contemporâneos a sua existência. Em escala, era o maior. Sua dimensão simbólica, ao que parece, também. Não é à toa que as tentativas de destruição foram muitas, em diferentes contextos, por meio de diferentes agentes e com estratégias distintas. Por sua vez, as ruínas cumprem uma função de monumento e devem ser postas à luz do dia não como fragmentos da biografia dele, mas, como outra monumentalidade que compõem o espaço urbano a partir da interação com as pessoas, agências do estado e demais interessados em seu apagamento.

O interessante é que Monumento ao Trabalhador continua a ressoar. Este texto-arquivo é mais um dos registros que tenta mantê-lo em pauta de discussão. Mesmo que, sob as restrições e limites que esse trabalho possui. Ao investigar as ressonâncias do Monumento e seu estado de permanente inquietude, me deparo com uma citação do antropólogo Debary, ao falar sobre a suspensão do monumento no tempo:

O paradoxo da monumentalidade clássica se dá ao fato de que aquilo que se pretenda construir para recordar pareça estar condenado ao esquecimento. O monumento suspende um tempo (constrói um tempo ao contrário), que deve coexistir com um tempo que passa (aquele da historicidade das sociedades). A construção da monumentalidade tornou-se um grande ritual de amnésia do mundo contemporâneo, um ritual que se alimenta de sua negação (DEBARY, 2017, p.72)

Suspender o Monumento ao Trabalhador no tempo, é buscar saber se aquele erigido em 1959, teria o mesmo sentido nos anos seguintes. Se as ruínas que apareceram em 2018, mesmo sendo do Monumento ao Trabalhador, possuem outra historicidade. Lembrar e esquecer são verbos característico no repertório do próprio monumento, com suas ruínas outro ritual inaugura a biografia recente do Monumento: o espelho da sua negação.

Assim, como conciliar a biografia dos monumentos com o a perda que eles implicam?  
Transformando os silêncios da história em arquivos?

## Referências

ANDRADE, Giovana. **Conheça o monumento que deu nome à Praça do Trabalhador, destruído por ser considerado comunista.** Jornal O Hoje, Goiânia, Goiás. 27 de julho de 2021.

ARY PROMETE **Terminal de cargas e elevado na Goiás.** Folha de Goyaz. Goiânia, Goiás. 1 de novembro de 1978.

BEIGUELMAN, Giselle. **Memória da amnésia- Políticas do esquecimento.** Editora SESC, São Paulo, 2019.

BORGES, P. C. A.. **Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia).** Sociedade e Estado, v. 32, n. 2, p. 345–370, maio 2017.

\_\_\_\_\_ DELA CORTE, LOPES Et.al. **A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia. Ações para reparar um crime de supressão de memória** Comunicação no IV Congresso Internacional dos Trabalhadores. (Vol. 3) São Paulo, 2016 [https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/coletanea\\_an\\_v\\_3.pdf](https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/coletanea_an_v_3.pdf)

BORGES, Rogério. **Monumento que homenageava os Trabalhadores pode ser reconstruído em frente à estação Ferroviária de Goiânia.** Jornal O popular. Goiânia, Goiás. 16 de julho de 2003.

BRANDÃO, Simone. BRITTO, Pedro. **A Estação Ferroviária de Goiânia: patrimônio perdido na memória** .4ºColoquio Ibero-Americano paisagem cultura, patrimônio e projeto, Nelo Horizonte, MG, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001, p.18.

COMAROFF, J & J. **Etnografia e imaginação histórica.** Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. IN: Proa – Revista de Antropologia e Arte [on-line]. Ano 02, vol.01, n.02, nov. 2010.

CORRÊA, R. L. **Monumentos, política e espaço.** *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona.

COSTA, Maria Cristiana Castilho. **Etnografia de arquivos: entre o passado e o presente.** MATRIZES, 3(2), 171- 186, 2010. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/268325175.pdf>>

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo.** Revista Mana, 2(10), 287-322.2004.

\_\_\_\_\_. **Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos.** Estudos Históricos, 36, 7-32, 2005. Disponível em:<<https://bit.ly/2MkdeK0>>

DEBARY, Octave. **Antropologia dos restos: da lixeira ao museu.** Trad. Maria Letícia Mazzuchi.Ed. UM2 comunicação, Pelotas, 2017.

DIAS, Elder. **Goiânia e sua (falta de) memória: a saga para reconstruir o Monumento ao Trabalhador.** Jornal Opção, Goiânia, Goiás. 1 de maio de 2016.

GEERTZ, Clifford. **NEGARA: O estado teatro no século XIX.** Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ 1991

GOIÂNIA, Prefeitura de. **Lei Orgânica do Município de.** Goiânia, Goiás, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Goiânia,** Lei Complementar nº 349, de 04 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Relatório Monumento ao Trabalhador - Estudos para reconstrução.** Goiânia, Goiás, 2003.

GOMES, Alaor de Abreu Júnior; CASTRO, Joana D'arc Bardella. **A representação da Praça do Trabalhador para a cidade de Goiânia.** 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, Go: 2019

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio.** Coleção museu memória e cidadania - Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios.** In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Coleção museu memória e cidadania - Rio de Janeiro, 2007.

HANNAH, Arendt. **Liberdade para ser livre**. Editora Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

IPHAN, **Relatório Final o Projeto de Resgate e Monitoramento Arqueológico da Obra de Requalificação da Estação Ferroviária de Goiânia – GO, 2018**

JUSTINA, Revista. **Monumento ao Trabalhador: cadê você?** Editora Goiânia Clandestina: Aparecida de Goiânia, Goiás; maio de 2021.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEMES, Maurilio. **1º de maio: uma festa de origem sangrenta**. Diário da Manhã, DM revista. Goiânia Goiás. 01 de maio de 1982.

LOPES, Luma Louise Sousa. IPIRANGA, Ana Silva Rocha. **Etnografando Arquivos Históricos: Caminhos Possíveis para Pesquisas em Estudos Organizacionais**. Revista Organizações & Sociedade 2021, 28(96), 35-56, NPGA, Escola de Administração Universidade Federal da Bahia.

MARTINS, Fernando. **Maior espaço, mas muitos problemas**. Jornal O popular. Goiânia, Goiás. 21 de abril de 1990.

NEIVA, Antônio Theodoro da Silva. **Introdução à Antropologia Goiana II**. Gráfica O popular: Goiânia, Goiás. 1988.

**NOVA estação Rodoviária será construída em 1985**. Jornal O popular. Goiânia, Goiás. 1 de dezembro de 1984.

PESSONI, Caroline. **Praça do Trabalhador e sua história marcada por lutas e resistência**. Jornal A redação. Goiânia, Goiás. 6 de maio de 2022.

**PRAÇA do Trabalhador virou local bonito e tem atração singular: “Maria Fumaça”**. Folha de Goiaz, Goiânia, Goiás. 1º de fevereiro de 1967.

QUATREMÈRE, de Quincy. **Os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique**. Architecture. Rotunda(eletrônica), Campinas, n.2, p.100-117, ago./2003.

RAMOS, Anatole. **A praça é do trabalhador**. Jornal Opção. Goiânia, Goiás. 24 de outubro de 1980.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e a sua origem.** Ed. Perspectiva, São Paulo, SP, 2014

SILVA, M. D. de C. **Fazendo etnografia no arquivo: desafios e possibilidades.** Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Sergipe, 1(48), 75-86, 2018 Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12170>

SILVA, Raoni. ARAUJO, Mona Lisa. **Uma antropologia no arquivo.** REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, ano 5, volume 5(1), 2018.

SOUZA, Carlos. **Viagem de trem.** Folha de Goyaz. Goiânia, Goiás. 19 de agosto de 1971.

TAMASO, Izabela. **Etnografando os sentidos do lugar.** In: TAMASO, I.; LIMA FILHO, M. F. (Orgs.) Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Goiânia / Brasília: Ed. UFG / ABA, 2012.

TRIANA, Bruna. **Desafios metodológicos para uma etnografia de arquivos: escavando arquivos pós-coloniais em Moçambique.** Revista Antropolítica, v. 54, n. 2, Niterói, p. 385-410, 2. quadri., mai./ago., 2022

\_\_\_\_\_. **Rastros, ruínas e decadência: contribuições para uma antropologia dos arquivos.** Rev. antropol. (São Paulo, Online) v. 65 n. 2: e197956, USP, 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Curitiba: Editora huya, 2016.

VIEIRA, Altamir. **Praças de Goiânia.** Folha de Goyaz. Goiânia, Goiás. 24 de outubro de 1971.

## ANEXOS

Quadro 2 - Relatórios produzidos sobre o Monumento ao Trabalhador.

1. RELATÓRIO	No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
	1.a	Relatório Monumento ao Trabalhador: Estudos para reconstrução	Relatório / Arquivo público	Setembro de 2003	Prefeitura de Goiânia	Relatório criado por Grupo de Trabalho para avaliar o resgate do Monumento do Trabalhador e dá outras providências. Este grupo foi designado por meio do decreto municipal de Goiânia n° 1.805, de 24 de julho de 2003.
1.b	Relatório Final Do Projeto de Resgate e Monitoramento Arqueológico da Obra de Requalificação da Estação Ferroviária de Goiânia – GO	Relatório / Arquivo público	Setembro de 2018	IPHAN	Durante a intervenção arqueológica ao redor da Estação Ferroviária de Goiânia, Ruínas do Monumento ao Trabalhador são encontradas. Com a Remoção das Palmeiras na Área da Praça do Trabalhador toda a ruína aparece.	

Quadro 3 - Leis que versam sobre o Monumento ao Trabalhador.

2. LEI	No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
	2.a	Lei Orgânica do Município de Goiânia	Lei	Atualizada até a Emenda à Lei Orgânica n.º 051, de 12-07-2012	Câmara Municipal de Goiânia	<b>Art. 10</b> - O Poder Executivo fica autorizado a adotar todos os procedimentos necessários à reconstrução do Painel/Monumento da Praça dos Trabalhadores, do antigo coreto da Praça Joaquim Lúcio, em Campinas e do prédio "Castelinho" no Lago das Rosas.

	2.b	Plano Diretor de Goiânia – Praça do Trabalhador Tombada como patrimônio	Lei	LEI COMPLEMENTAR N° 349, DE 04 DE MARÇO DE 2022	Prefeitura de Goiânia	Anexo XX Lista de bens tombados no município de Goiânia – Conforme o Plano Diretor, Praça do Trabalhador tombada pelos três entes federados
--	-----	---	-----	---	-----------------------	---

Quadro 4 - Jornais e reportagens sobre o Monumento ao Trabalhador de 1967 a 2022.

	No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
<b>3. JORNAIS</b>	3.a	Praça do Trabalhador virou local bonito e tem atração singular: “Maria Fumaça”	Reportagem impressa	1 de fevereiro de 1967	Folha de Goiaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menção da Praça como Praça do Trabalhador;</li> <li>• “Lugar bonito”; “Boa ideia”;</li> <li>• “Instalação de um monumento singular: uma locomotiva”;</li> <li>• Com a instalação da “Maria Fumaça” a Praça do Trabalhador passa a ser um “local bonito”: “agora, a Praça do Trabalhador vai ser um local bonito, motivo de atração para todos. De alegria para o mundo infantil. E para o mundo dos adultos, também”;</li> </ul>
	3.b	Viagem de trem	Reportagem impressa	19 de agosto de 1971	Folha de Goiaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A reportagem narra a rotina da Estação Ferroviária de Goiânia àquela época com a rotina de saída trens de passageiros e a chegada de forasteiros a cidade.</li> </ul>

						<ul style="list-style-type: none"> <li>● Na foto de capa, é possível ver o Monumento ao Trabalhador já sem os mosaicos internos e o monumento aos ferroviários “Maria Fumaça”.</li> </ul>
3.c	Praças de Goiânia	Reportagem impressa		24 de outubro de 1971	Folha de Goiaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reportagem com várias fotos de praças da cidade de Goiânia. A primeira imagem é a Praça do Trabalhador como o Monumento de mesmo nome, sem os mosaicos internos e com os espelhos d’água vazios. A foto tem a seguinte descrição: “ E o trabalhador não foi esquecido” Criaram em sua homenagem, a Praça do Trabalhador”.</li> <li>● Apresenta Goiânia como o encontro do “calor humano”. As praças existentes e em construação, são reconhecidas como esse ambiente de aproximação das pessoas na cidade;</li> <li>● “Suas praças [ as de Goiânia] estão aí, embelezando a Cidade e cativando, cada vez mais, aqueles que chegam. Goiânia é uma cidade humana, mais humana do que a cidade”.</li> <li>● “E as praças, com seus jardins bem cuidados, atestam o espírito de um povo bom, ordeiro e trabalhador.”</li> <li>● HOMENAGENS – “As praças que são pontos de encontros dos</li> </ul>

						<p>namorados, servem de homenagem a diversas parcelas da população.”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Cita-se: Praça do Trabalhador, a Praça das Mães; Praça do Lions; Praça Universitária; Praça Atílio Correa Lima – conhecida como Praça do Bandeirante.</li> <li>●</li> </ul>
3.d	Ary promete: Terminal de cargas e elevado na Goiás	Reportagem impressa		11 de novembro de 1978	Folha de Goiaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ary Valadão recém eleito governador prometeu atender a reivindicação dos “empresários goianos, no ramo de transportes rodoviário de cargas, no sentido de criar um terminal rodoviário de cargas no local”;</li> <li>● Também é prometido a criação no final da Av. Goiás de um “elevado na Praça do Trabalhador, visando dar continuidade àquela avenida”.</li> <li>● Na nota, há uma foto que ilustra o texto. Dela é possível ver a estação ferroviária, trens de carga, o final da Avenida Goiás e o Monumento do Trabalhador com os dois espelhos d’água que circundam os cavaletes do mesmo. Consta, também, toda a praça do Trabalhador com o Monumento ao meio dela.</li> </ul>
3.e	A praça é do povo e do trabalhador!	Reportagem impressa		24 de outubro de 1980	Jornal Opção	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Legenda da foto que estampa a matéria: “Praça do Trabalhador, uma estranha homenagem aos verdadeiros construtores da cidade”</li> </ul>

						<ul style="list-style-type: none"> <li>● “uma cidade construída adrede, toda ela feita por um exército de operários, não possui nada que lembre sequer um soldado desse exército, como todos os países do mundo possuem, por exemplo, o seu túmulo do soldado desconhecido”.</li> <li>● “Era o caso de, daqui do alto destas pirâmides donde 47 anos [a idade de Goiânia em 1980] nos contemplam, lançarmos o grito: ‘Trabalhadores de toda a Goiânia, uni-vos!’ e imediatamente iniciarmos a campanha pela construção de um monumento ao trabalhador na ‘sua’ praça, antes que um aventureiro qualquer lance o seu monumento nela. E, depois, instituímos uma guarda cívica para que ninguém carregue a estátua ou lá o que seja, como foi feito com o mural (mural mesmo?), uma obra de arte que desapareceu no tempo e no espaço”.</li> </ul>
3.f	1º de maio: uma festa de origem sangrenta	Reportagem impressa	01 de maio de 1982	Diário da Manhã – DM REVISTA	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reportagem narra a história do dia em homenagem aos trabalhadores que, na data da reportagem comemorava-se 96 anos de existência;</li> <li>● Marcada por recorrentes momentos de violência, a data retoma os “enforcados de Chicago” em 1887 e, na reportagem, também é relatado</li> </ul>	

						<p>momentos em comemoração a data no Brasil como a primeira vez que foi comemorado em 1906;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Em Goiânia, foi agendado para a tarde do dia da reportagem -1 de maio de 1982- “manifestações de trabalhadores, como as passeatas e atos públicos de protestos com início na Praça dos Trabalhadores”;</li> <li>● SUBÍTULO: - O mistério dos painéis da Praça do Trabalhador</li> <li>● Foto com a parte de trás de um dos cavaletes no Monumento ao Trabalhador;</li> <li>● Neste trecho da reportagem os artistas Cleber Gouveia e Siron Franco comentam sobre a destruição dos dois painéis que compunham as estruturas de concreto do Monumento ao Trabalhador;</li> <li>● “Um dos painéis com placas vitrificadas (pastilhas em vidrotil) mostrava operários em situação de extrema opressão diante do patronato”;</li> <li>● O outro “de trabalhadores se libertando dos grilhões da submissão”;</li> <li>● Na reportagem, consta que a inauguração do Monumento ao Trabalhador aconteceu no dia 1º de maio de 1962;</li> </ul>
--	--	--	--	--	--	--

						<ul style="list-style-type: none"> <li>● “Cerca de oito anos mais tarde, por volta de 1968, ainda na administração de Iris Rezende Machado, os painéis amanhecera rebocados com piche, além de outros estragos”;</li> <li>● “Responsabilizando-se pelo ato de vandalismo, estavam inscrições de grupos extremista, entre eles, do Comando de Caça dos Comunistas – CCC”;</li> <li>● “o prefeito, por sua vez, achou por bem demolir de vez as maltratadas placas”</li> <li>● Siron Franco e Cleber Gouveia concordam que os painéis poderiam ser recuperados;</li> <li>● Ambos alegam que a decisão da Prefeitura de “demolir as placas” foram de “pressões de alguns setores contrários à mensagem expressa nos painéis.”;</li> <li>● Remanescente da semana de 1922, o autor dos painéis é o artista Clóvis Graciano;</li> <li>● À época, “ na Praça do Trabalhador, restam duas estruturas de concreto, na forma de duas mãos com os dedos separados e apontados para o céu, que poucos sabem terem sido um dia, suportes de elogiável expressão artística;</li> </ul>
--	--	--	--	--	--	---

	3.g	CAPA DO JORNAL – Nova Estação Rodoviária será construída em 1985	Capa impressa	1 de dezembro de 1984	O Popular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foto de capa a partir do lado leste da Praça do Trabalhador no qual é possível ver os espelhos d'água vazios, os cavaletes sem as respectivas pastilhas, a estação ferroviária, alguns ônibus estacionados e a estrada de ferro ao fundo;</li> <li>• Descrição da foto: “Aqui vai ficar a nova Estação rodoviária de Goiânia e essa opção ainda possibilita o prolonga da Avenida Goiás até a Perimetral Norte.”</li> <li>• Num pequeno texto de apresentação, consta que à época foi enviado a Assembleia Legislativa um projeto de lei abrindo créditos especiais no valor de 15 bilhões de cruzeiros para a obra da nova Estação Rodoviária de Goiânia.</li> </ul>
<b>3.JORNAIS</b>	3.h	Maior espaço, mas muitos problemas	Reportagem impressa	21 de abril de 1990	O popular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reportagem do caderno 2 do jornal, apresenta opiniões dos artesãos que foram transferidos da Praça Cívica para a Praça do Trabalhador. Estes profissionais, passam a utilizar a Estação Ferroviária de Goiânia como ponto de venda e exposição dos seus trabalhos, junto com a “Feira Hippie”.</li> <li>• Em uma das fotos é possível ver o antigo prédio da estação ferroviária de Goiânia já sem os cavaletes que</li> </ul>

						compunham a obra Monumento ao Trabalhador.
3.i	RESGASTE DA HISTÒRIA: Monumento que homenageava os trabalhadores pode ser reconstruído em frente à Estação Ferroviária de Goiânia	Reportagem impressa		16 de julho de 2003	O Popular	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reportagem alusiva especificamente sobre o Monumento ao Trabalhador;</li> <li>● Além do seu histórico a reportagem salienta também a solicitação de reconstrução do Monumento por meio de um grupo da sociedade civil junto a Prefeitura de Goiânia;</li> <li>● Produzida no contexto de que a Prefeitura autorizou o estudo para reconstrução do Monumento, no qual gerou o relatório 1.a;</li> <li>● Segundo a reportagem, após a elaboração do estudo de reconstrução o mesmo foi remetido ao Grupo Executivo de Revitalização do Centro Histórico de Goiânia;</li> <li>● Com a recuperação de documentos e fotos, “é possível empreender uma releitura da obra”;</li> <li>● O artista plástico Elder Rocha Lima, que idealizou o conjunto de colunas que sustentavam os painéis, discorda da ideia de reerguer a estrutura.</li> <li>● "Acho impossível refazer o que foi destruído", opina. Ele lembra que o trabalho do autor do monumento, Clóvis Graciano, era respaldado por uma empresa que realizava a</li> </ul>

						<p>colagem das pastilhas que forravam seus murais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● "Essa firma, que ficava em São Paula nem existe mais. O projeto do monumento, em última análise, pertence a uma empresa que já fechou as portas", ressalta.</li> <li>● Elder recorda que Clóvis era um artista de esquerda.</li> <li>●</li> <li>● "Na época, o termo trabalhador era um palavrão e essa homenagem atraiu a ira da ditadura."</li> <li>●</li> <li>● O arquiteto acredita que a melhor solução seria abrir um concurso para a construção de um novo monumento em homenagem à classe trabalhadora, "Nela poderia haver uma alusão aos painéis que foram destruídos", sugere.</li> <li>● A área da Estação Ferroviária é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional. <u>O local foi considerado uma riqueza art deco no final do ano passado, título concedido sem a presença do Monumento aos Trabalhadores.</u></li> </ul>
--	--	--	--	--	--	--

						<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na opinião de Kátia do Carma arquiteta da Secretaria Municipal do Planejamento e conselheira de Patrimônio Histórico de Goiânia, seria recomendável que houvesse uma consulta popular para saber da pertinência de reconstruir a obra de arte demolida.</li> <li>• "É um assunto que necessita ser melhor digerido"</li> </ul>
3.j	Goiânia e sua (falta de) memória: a saga para reconstruir o Monumento ao Trabalhador	Reportagem impressa		1 de maio de 2016	Jornal Opção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reportagem apresenta o histórico do monumento, os ciclos de destruição, a pauta de reconstrução e os autores da obra de arte;</li> <li>• São eles o arquiteto Elder Rocha Lima, o artista plástico Clóvis Graciano, o arquiteto responsável pelos traços da praça Farid Helou e o líder sindical Pedro Ribeiro Santos “primeiro presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Goiás (Ftieg). É considerado o responsável por liderar a reivindicação de construção do Monumento ao Trabalhador junto ao governador José Feliciano e ao prefeito Jaime Câmara, como um espaço de reconhecimento ao papel dos trabalhadores como motores do mundo moderno.”</li> <li>• Durante a reportagem é citada a reportagem 3.e</li> </ul>

	3.k	Conheça o monumento que deu nome à Praça do Trabalhador, destruído por ser considerado comunista	Reportagem impressa		Jornal O Hoje	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento ao Trabalhador foi vítima de depredação e esquecimento, sem punição para os responsáveis; já recentemente, manifestantes que incendiaram a estátua de Borba Gato em SP, foram duramente criticados.</li> <li>● “Enquanto alguns entendem como positiva a destruição da imagem de Borba Gato, que homenageia um bandeirante responsável por milhares de mortes, outros repreendem o vandalismo e defendem a manutenção e a preservação do monumento”</li> <li>● “O desenrolar do caso da estátua de Borba Gato, no entanto, é diametralmente oposto ao que ocorreu no Monumento ao Trabalhador, em Goiânia. Enquanto a obra que homenageia um assassino se torna alvo de compaixão, o monumento que homenageava trabalhadores permanece esquecido, destruído por seu teor supostamente comunista, e vítima da omissão e do desinteresse de gestores municipais e estaduais, que contribuíram para o contínuo apagamento do Monumento ao Trabalhador e da sua história.”</li> </ul>
--	-----	--	---------------------	--	---------------	--

3.1	Praça do Trabalhador e sua história marcada por lutas e resistência	Reportagem impressa	6 de maio de 2022	A redação	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relata a história da Praça do Trabalhador não omitindo a existência do Monumento que batiza o nome do local;</li> <li>● Apresenta a preservação da antiga Estação Ferroviária, seu tombamento e restauro;</li> <li>● “Quando a praça foi inaugurada, a região onde ela foi instalada não fazia parte do Centro. "Ela ficava relativamente longe, na periferia, depois do Bairro Popular. Para além desse lugar, era só fazenda. Só depois dos anos 2000 o Bairro Popular foi oficialmente anexado ao Centro."</li> <li>● "Com a instalação do monumento, o local passou a ser um dos pontos turísticos, juntamente com a Praça Cívica e o Lago das Rosas, inclusive sendo retratado em diversos cartões postais"</li> <li>●</li> </ul>
3.m	Arquiteto aposentado constrói maquete em homenagem ao aniversário de Goiânia	Reportagem em formato digital	22 outubro 2021	Jornal Opção	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atualmente, o arquiteto é aposentado e apaixonado por maquetes, tem como hobby o Ferromodelismo, onde recria, há cinco anos, em uma maquete no seu ateliê, suas lembranças dos tempos de criança com as locomotivas e estradas de ferro.</li> </ul>

						<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na maquete criada consta o Monumento ao Trabalhador, com os murais na parte interna, em frente a Antiga Estação Ferroviária.</li> </ul>
--	--	--	--	--	--	--

Quadro 5 - Fotos do Monumento ao Trabalhador entre 1959 a 1980.

No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
4.a	Construção do Monumento ao Trabalhador	Digitalizada	1959	Goiânia, 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foto em p&amp;b. com a armação em ferragem das 8 colunas de cada um dos dois cavaletes em pé para serem concretadas.</li> <li>• Placa como os dizeres: "Monumento ao Trabalhador. Obra do Governador José Feliciano Ferreira. Secretário de Obras Geraldo D'Abadia de Pina".</li> <li>•</li> </ul>
4.b	Celebração do Dia Internacional de Confraternização e Luta dos Trabalhadores, Primeiro de maio, Goiânia, 1961.	Digitalizada	1 de maio de 1961	Alois Feichtenberger	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foto em p&amp;b com muitas pessoas na praça do trabalhador;</li> <li>• Nas faixas erguidas podemos ler: "<i>Salve 1º de Maio, Sindicato dos Oficiais, Alfaiates e Costureiras</i>", "<i>Salve 1ª de Maio, Associação Profissional dos Músicos</i>". "<i>Salve o dia da união</i>"</li> </ul>

						<p><i>Universal dos Trabalhadores na Luta por suas Reivindicações".</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ao fundo o Monumento ao Trabalho</li> </ul>
4.FOTOS	4.c	Praça do trabalhador.	Digitalizada	1961	Alois Feichtenberger	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pessoas na parte central do círculo que circunda os cavaletes do Monumento;</li> <li>● Possível ver os murais nos cavaletes;</li> <li>● Foto em preto e branca;</li> <li>● Ao fundo, a Estação Ferroviária de Goiânia.</li> <li>● Foto em Preto e Branco.</li> </ul>
	4.d	Espelho d'água da Praça do Trabalhador	Digitalizada	1962	Hélio de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto em preto e branco;</li> <li>● Luz refletida na água de um dos espelhos d'água que faziam parte da praça;</li> <li>● No fundo da foto, um dos cavaletes do Monumento;</li> <li>● À esquerda, a "Maria Fumaça".</li> </ul>
	4.e	Foto aérea da Praça do Trabalhador	Digitalizada	1962	Hélio de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto aérea em preto e branco;</li> <li>● Registrada de forma lateral;</li> <li>● Da esquerda para a direita, no centro da foto, aparece a Avenida Goiás em sentido a região norte da capital;</li> <li>● No final da Avenida Goiás, consta a praça do Trabalhador, com o Monumento erigido, a Estação Ferroviária e alguns trens de cargas parados;</li> </ul>

						<ul style="list-style-type: none"> <li>● No fundo da imagem, possível ver o final da Avenida Independência ainda sem asfalto.</li> </ul>
4.f	Detalhe do Monumento ao Trabalhador	Digitalizada	1969	Hélio de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto em sépia;</li> <li>● Ao fundo, a Estação Ferroviária de Goiânia;</li> <li>● À esquerda, no enquadramento da foto, 4 pilastras do Monumento ao Trabalhador.</li> </ul>	
4.g	Monumento ao Trabalhador e Avenida Independência	Digitalizada	1969	Não identificada	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto preto e branco;</li> <li>● Monumento ao Trabalhador com estação Ferroviária ao fundo;</li> <li>● Ciclista e vendedor de picolé passam na Av. Independência;</li> <li>● Imagem com mancha nas bordas, ao que parece ser durante o banho químico na revelação</li> </ul>	
4.h	Estação Ferroviária de Goiânia e Praça do Trabalho	Digitalizada	1970	Não identificado	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto aérea preto e branco;</li> <li>● Mostra a Praça do Trabalhador, os cavaletes do Monumento e os espelhos d'água vazios;</li> <li>● Ao fundo, a estação Ferroviária de Goiânia e trens de cargas parados.</li> </ul>	
4.i	Praça sem pessoas	Digitalizada	1970	Acervo Helio de Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto preto e branco;</li> <li>● Vista lateral da praça vazia;</li> <li>● Estação Ferroviária e Monumento visos da esquerda para a direita;</li> </ul>	

	4.j	Capa de reportagem do O Popular	Digitalizada	1984	Paulo José	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Foto preto e branco aérea;</li> <li>● Lado esquerdo da praça com ônibus estacionados;</li> <li>● Ao fundo a Estação Ferroviária de Goiânia com trens de carga estacionados.</li> </ul>
--	-----	---------------------------------	--------------	------	------------	---

Quadro 6 - Livro e Revista que aparecem o Monumento ao Trabalhador.

No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
5.a	Introdução à Antropologia Goiana II	Livro físico Editora Gráfica O Popular	1988	Antônio Theodoro da Silva Neiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Na foto de capa do livro consta em primeiro plano a parte de trás da Estação Ferroviária de Goiânia;</li> <li>● À frente, vista completa da Praça do Trabalhador com o Monumento já sem as pastilhas em vidro e os dois espelhos d'água vazios;</li> <li>● Segue-se vista à Avenida Goiás bastante arborizada em sentido sul à Praça Cívica.</li> <li>● Destaca-se que em nenhum momento no livro fala-se da imagem de capa, seu autor ou mesmo o contexto para o seu uso no teor do exemplar;</li> <li>● Este teor, em síntese, trata do processo de colonização de</li> </ul>

						Goiás e a formação de governos locais entre 1749 a 1947
5.b	Monumento ao Trabalhador, cadê você?	Revista impressa	Maio de 2021	Revista Justina	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Edição da revista alusiva ao mês do trabalhador;</li> <li>● Capa ilustrada, com os dois semicírculos dos cavaletes do Monumento e uma pessoa farda batendo em outro com vestes civis;</li> <li>● Texto de capa trás todo o histórico do Monumento ao Trabalhador;</li> <li>● Destaca-se a inserção dos “lapsos de memória” como os rastros que apareceram em 2018 em frente a Estação Ferroviária de Goiânia</li> </ul>	

Quadro 7 - Cartões postais alusivos ao Monumento ao Trabalhador.

6. CARTÕES POSTAIS	No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
	6.a	Goiânia. Est. rodoviária – Mto. ao Trabalhador e E. F de Goiás	Arquivo digitalizado	Sem data	Colon Vist Editora	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Arquivo com informações em frente e verso;</li> <li>● FRENTE: Foto sépia; <ul style="list-style-type: none"> <li>-Plano centralizado. Com campo de profundidade a partir do canteiro central da Avenida Goiás com 6 palmeiras, três de cada lado, no primeiro plano;</li> <li>-Em segundo plano, o Monumento ao Trabalhador com e no terceiro plano, a Estação Ferroviária de Goiânia;</li> <li>- No rodapé, com fonte na cor branca “<i>Goiânia. Est. rodoviária – Mto. ao Trabalhador e E. F de Goiás</i>”</li> </ul> </li> <li>● VERSO: escrito em lápis “Estação EF. Goiânia” Escrito em caneta: “<i>Yolanda, Com o início de uma nova amizade, dedico-lhe este. Valdeci Chaves, Goiânia, 25.11.65</i>”</li> </ul>
6.b	Goiânia, Praça do Trabalhador	Arquivo digitalizado	Sem data	Paraná Cart. Foto: Helmuth Wagner	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Frente. Foto colorida. Da esquerda para direita Maria fumaça, Monumento ao trabalhador com os painéis</li> </ul>	

						<p>inteiros e pessoas a observá-lo. Fundo Estação Ferroviária de Goiânia. Canteiro no primeiro plano. Em cores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>VERSO:</b> “2-10-1970. Denise. Oi? Tudo ok? Sim, não é? Pucha, você e Eupifriola esqueceram depressa os parentes, não? Se não isso for incomodo nenhum, por favor, nos escreva ok: Esta foto vocês conheceram? É a estação de trem de ferro (ferroviária), só a pracinha na frente é que eu não sei se vocês conhecem. Mas no entanto ela (estação) mudou um pouquinho, não? Abraços do Julio. Denise Rio.</li> </ul>
	6.c	Praça do Trabalhador com Avenida Goiás	Arquivo digitalizado	Sem data	Edicard cultural, São Paulo	<p>Frente. Imagem colorida. Primeiro plano: Monumento ao trabalhador sem as pastilhas em seu painel. À frente, Maria fumaça. Avenida Independência . Avenida Goiás e ao fundo Palacio Pedro Ludovico Teixeira (centro administrativo). Verso: dados da editora. Sem uso.</p>
	6. d	Estação ferroviária vista aérea	Arquivo digitalizado	Sem data	Edicard cultural, São Paulo	<p>Cartão postal com data estimada do final anos 1950. Isso por conta do estádio olímpico ainda estar sem arquibancadas.</p>

						No centro da imagem, o Monumento ao Trabalhador com os espelhos da água formando a Praça do Trabalhador.
--	--	--	--	--	--	--

Quadro 8 - Trechos de vídeos em que aparece o Monumento ao Trabalhador

7. VÍDEOS	No.	TÍTULO	SUPORTE/ TIPO	DATA	FONTE	DESCRIÇÃO
	7.a	Relatório Monumento ao Trabalhador: Estudos para reconstrução	Relatório / Arquivo público	Setembro de 2003	Prefeitura de Goiânia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vídeo anexo ao relatório em formato de Marquet digital que demonstra como o Monumento era instalado na praça;</li> <li>• Relatório criado por Grupo de Trabalho para avaliar o resgate do Monumento do Trabalhador e dá outras providências. Este grupo foi designado por meio do decreto municipal de Goiânia nº 1.805, de 24 de julho de 2003.</li> </ul>
	7.b	Imagem da cidade dos homens	Digital	2005	Dir. Lorival Belem Jr.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curta- Documentário poético sobre o belo e o feio nas representações dos fenômenos sociais que os homens produzem para si no contexto das segregações urbanas.</li> <li>• Nos últimos 3min. aparecem dois cortes com imagens do Monumento ao Trabalhador. Não há menção do ano em que foi registrada.</li> </ul>